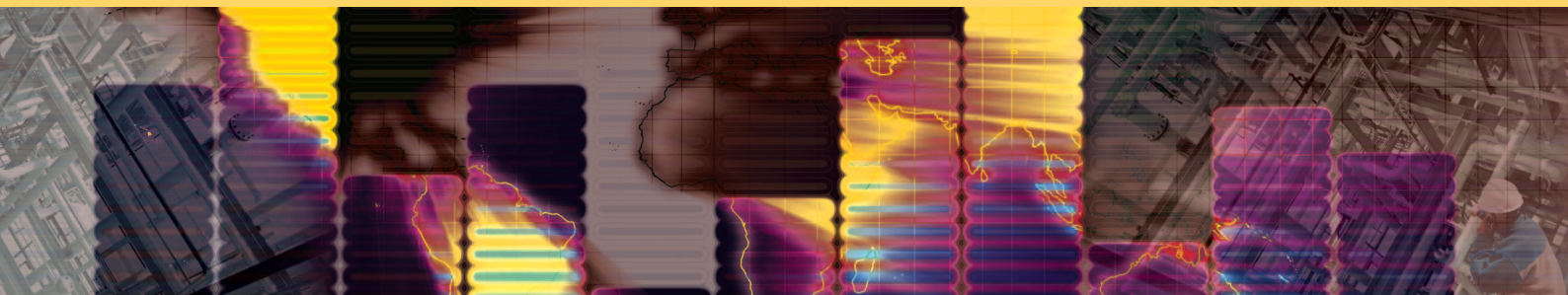


PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

DEZEMBRO 2011



PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI

Mauro Borges Lemos

Presidente

Maria Luisa Campos Machado Leal

Diretora

Clayton Campanhola

Diretor

Otávio Silva Camargo

Chefe de Gabinete

Rogério Dias de Araújo

Coordenador

Carlos Henrique de Mello Silva

Técnico

Supervisão

Maria Luisa Campos Machado Leal

Equipe Técnica**Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI**

Rogério Dias de Araújo – *Coordenador de Inteligência Competitiva*

Carlos Henrique de Mello Silva – *Técnico*

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/Unicamp

Fernando Sarti

Diretor

Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia - NEIT/IE-Unicamp

Fernando Sarti – *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT/IE-UNICAMP*

Célio Hiratuka – *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT/IE-UNICAMP*

Adriana Marques da Cunha – *Coordenação Executiva*

Beatriz Freire Bertasso – *Coordenação de Informações*

Marcelo Loural – *Pesquisador*

Samantha Cunha – *Pesquisadora*

Marco Antonio Martins da Rocha – *Pesquisador*

Marília Bassetti – *Auxiliar de Pesquisa*

Perspectivas da Indústria Brasileira**Revisão**

Noel Arantes

Projeto gráfico e Diagramação do miolo

Marina Proni

©2011 – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI

Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Cenário Internacional: desdobramentos da crise e impactos sobre a indústria mundial	2
2. Desempenho da Indústria Brasileira no Período Pós-Crise	10
2.1 Antecedentes	10
2.2 Produção Industrial	11
2.3 Emprego Formal	17
3. Evolução Recente dos Fluxos de Comércio	23
4. Evolução Recente dos Investimentos no Brasil	31
5. Considerações Finais	39
Referências Bibliográficas	41

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura realizar um balanço do desempenho recente da indústria brasileira, destacando o período posterior à eclosão da crise internacional e enfatizando o movimento de desaceleração observado nas estatísticas industriais referentes ao período mais recente, mais especificamente a partir do segundo trimestre de 2010, depois de uma rápida recuperação verificada a partir do início de 2009.

O trabalho busca ressaltar que o cenário internacional teve grande influência sobre o movimento de desaceleração da indústria brasileira, uma vez que a economia mundial, sobretudo a dos países centrais, passou a se mover em um cenário mais negativo, com uma clara deterioração das expectativas de retomada do crescimento.

O cenário internacional mais desfavorável resultou em um acirramento na disputa por mercados com capacidade de mostrar uma demanda dinâmica, como é o caso do Brasil. Agregando-se um ambiente interno marcado pela volta de uma taxa de câmbio valorizada e por uma política monetária mais apertada, entende-se a dificuldade de sustentação do crescimento industrial brasileiro.

No entanto, também é importante ressaltar que o governo brasileiro tem apresentado medidas que podem resultar em uma retomada mais efetiva da atividade econômica e da produção industrial em 2012. Deve-se destacar o Plano Brasil Maior (MDIC, Plano 2011-2014), a volta das reduções da taxa Selic, o afrouxamento de algumas medidas macroprudenciais adotadas em 2010 e, finalmente, medidas de desoneração fiscal recém-anunciadas. Soma-se a isso, a percepção de que os investimentos devem continuar elevados nos próximos anos em razão dos investimentos no pré-sal e em infraestrutura, além da construção civil.

A combinação da volta de uma demanda interna mais aquecida, combinada com a continuidade de um cenário internacional de concorrência acirrada vai exigir um maior esforço de coordenação para evitar o que se vislumbrou em 2010 e o que

continuou a marcar 2011, quando a produção doméstica passou a sentir de maneira mais direta a concorrência com as importações. Esse esforço de coordenação será fundamental para levar a estrutura produtiva brasileira a um novo patamar de eficiência e dinamismo, com ganhos de produtividade e capacidade de inovação que contribuam para sustentar o crescimento de longo prazo.

Este estudo se encontra organizado em cinco seções. Além desta introdução, a seção 1 caracteriza a deterioração do cenário internacional mostrando que os dados de 2011 passaram a apontar para um cenário de desaceleração, em especial nos países centrais, após uma recuperação relativamente rápida. Na seção 2, busca-se detalhar o comportamento da economia e da indústria brasileira no período recente. Enfatiza-se também a desaceleração da produção industrial brasileira, destacando os efeitos das importações sobre a produção doméstica. Defende-se que o arrefecimento da produção industrial brasileira começou a chegar também no mercado de trabalho. Na terceira seção, o foco é direcionado para a evolução do comércio exterior, destacando, por um lado, o bom desempenho das exportações de *commodities*, e, por outro, a crescente dificuldade de aumento da penetração dos distintos produtos industriais brasileiros nos mercados externos, assim como a intensificação da concorrência das importações. Na quarta seção, discute-se a evolução recente dos investimentos no Brasil, destacando o fato de que, apesar da desaceleração recente, as expectativas mantêm-se positivas para os próximos anos, o que significa um importante potencial de sustentação de demanda, combinado a possibilidade de mudança estrutural. Por fim, as considerações finais do trabalho são tratadas na última seção.

1. CENÁRIO INTERNACIONAL: DESDOBRAMENTOS DA CRISE E IMPACTOS SOBRE A INDÚSTRIA MUNDIAL

A análise do desempenho recente e das perspectivas de crescimento para a indústria brasileira nos próximos anos não pode ser realizada de maneira adequada sem que se considerem as alterações no cenário mundial e os desdobramentos recentes da crise internacional. Esta seção tem o objetivo de avaliar, de maneira breve, esses desdobramentos, caracterizando, ao mesmo tempo, o desempenho de diferentes países e regiões. Os resultados apresentados nessa seção são importantes porque indicam que a economia mundial, em especial a dos países desenvolvidos, deve permanecer presa a um cenário de baixo crescimento nos próximos anos. Isto significa que a indústria brasileira deve continuar enfrentando um panorama internacional muito mais adverso do que o verificado no último ciclo de crescimento interno

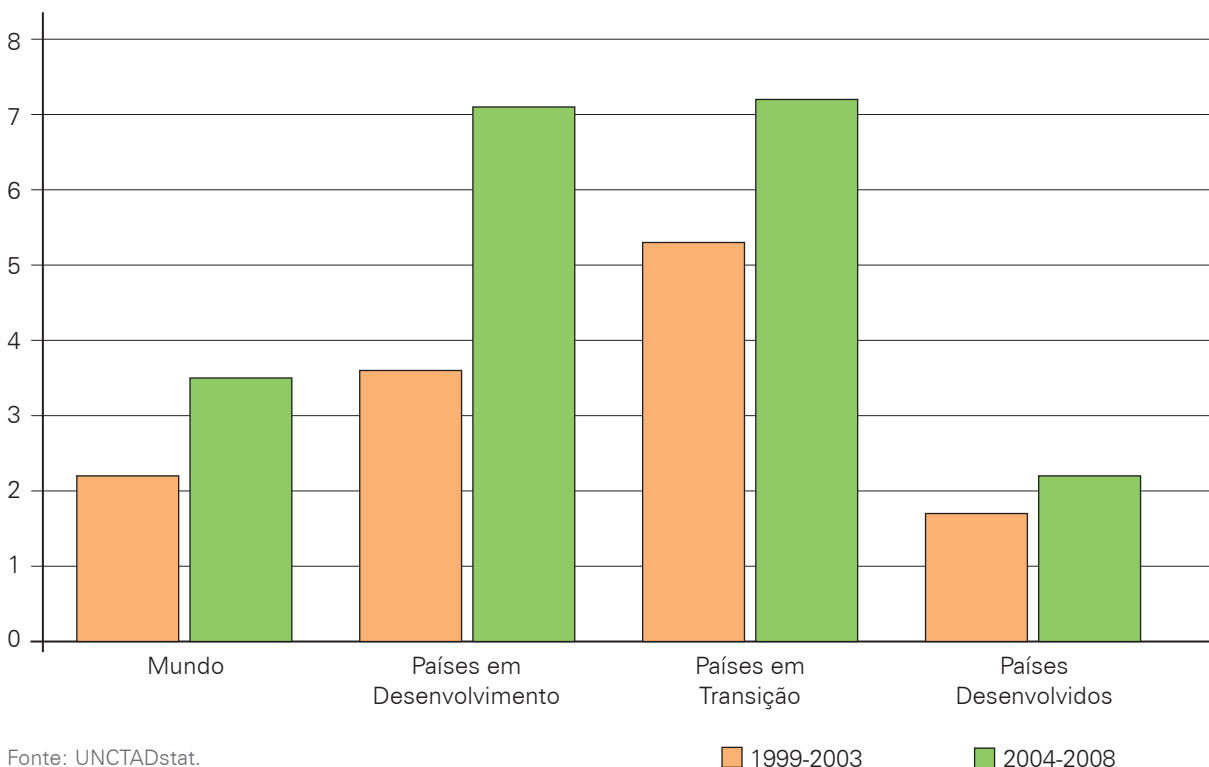
observado entre 2004 e 2008.

Em primeiro lugar, no período anterior à crise, houve um ciclo de crescimento relativamente sincronizado entre as principais regiões do mundo. A aceleração do crescimento do PIB mundial foi generalizada no período 2004-2008 em relação ao período 1999-2003, embora tenha sido mais intensa nos países em desenvolvimento e nos países em transição (Gráfico 1).

A evolução posterior à eclosão da crise indica não apenas um período mais prolongado de baixo crescimento na economia mundial como também a continuidade e o aprofundamento da tendência de maior contribuição dos países em desenvolvimento para o crescimento da demanda e do PIB global.

Embora o ciclo de crescimento mundial tenha

Gráfico 1 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (em %)
(1999-2003 e 2004-2008)



sido abortado abruptamente pela entrada na fase aguda da crise em setembro de 2008, os países centrais tiveram uma ação rápida, lançando grandes pacotes de resgate financeiro que evitaram o colapso do sistema, ao mesmo tempo em que a adoção de políticas fiscais e monetárias expansionistas compensou parcialmente a forte contração da demanda em 2009. Mesmo assim, a economia mundial apresentou contração (-0,7%), ainda mais intensa para o conjunto dos países avançados (-3,7%) (Tabela 1).

A tendência de recuperação esboçada por vários países a partir do final de 2009 acendeu expectativas otimistas sobre um movimento firme de retomada do crescimento da economia mundial desde então, com a recuperação dos países centrais se somando ao crescimento mais robusto verificado nas economias em desenvolvimento. As economias desenvolvidas atingiram um crescimento de 3,1% em 2010, com destaque para os Estados Unidos e Japão.

No entanto, o impulso inicial das medidas de

estímulo foi se esgotando ao longo de 2010, enquanto se revelava a incapacidade do consumo privado sustentar a recuperação em um contexto de desemprego ainda elevado e de alto endividamento na maior parte dos países centrais. Além disso, os investimentos privados continuaram deprimidos, em razão da falta de perspectiva de retomada consistente da demanda. Os impactos fiscais das políticas de resgate, por sua vez, dificultam a retomada de investimentos públicos. Na Europa, em particular, as incertezas sobre a solvência de alguns estados mais endividados voltou a colocar em xeque as perspectivas de retomada da produção, do emprego e dos investimentos.

Os países em desenvolvimento, por sua vez, demonstraram maior capacidade de enfrentamento à crise, com recuperação rápida da demanda doméstica e manutenção das taxas de desemprego em patamares reduzidos. Embora com intensidades diferentes, países como China, Índia, Argentina e Brasil puderam lidar com os efeitos da crise, sentindo de maneira menos

Tabela 1 - Variação do PIB de Países Seleccionados (2008-2012) (em %)

	2008	2009	2010	2011*	2012*
Mundo	2,8	(0,7)	5,1	4,0	4,0
Economias desenvolvidas	0,1	(3,7)	3,1	1,6	1,9
Estados Unidos	(0,3)	(3,5)	3,0	1,5	1,8
União Europeia	0,7	(4,2)	1,8	1,7	1,4
Japão	(1,2)	(6,3)	4,0	(0,5)	2,3
Ásia recentemente industrializada**	1,8	(0,7)	8,4	4,7	4,5
Economias em desenvolvimento	6,0	2,8	7,3	6,4	6,1
Ásia em desenvolvimento	7,7	7,2	9,5	8,2	8,0
China	9,6	9,2	10,3	9,5	9,0
ASEAN-5***	4,8	1,7	6,9	5,3	5,6
Índia	6,2	0,8	10,1	7,8	7,5
América Latina e Caribe	4,3	(1,7)	6,1	4,5	4,0
Argentina	6,8	0,8	9,2	8,0	4,6
Brasil	5,2	(0,6)	7,5	3,8	3,6
Chile	3,7	(1,7)	5,2	6,5	4,7
México	1,2	(6,2)	5,4	3,8	3,6
Rússia	5,2	(7,8)	4,0	4,3	4,1
África do Sul	3,6	(1,7)	2,8	3,4	3,6

(*) Estimativas. (**) Inclui Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Cingapura. (***) Inclui Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Vietnã. Fonte: World Economic Outlook Database (FMI).

intensa os impactos da crise internacional em um primeiro momento. O conjunto dos países em desenvolvimento obteve um crescimento de 7,3% em 2010, porém, passando a apresentar sinais de redução de ritmo de crescimento, sentindo os desdobramentos da piora da situação econômica nos países centrais.

Dessa forma, a economia mundial passa novamente por um período de desaceleração da expansão do Produto Interno Bruto (PIB) no ano corrente (2011) com expectativas cada vez mais pessimistas sobre o crescimento dos próximos anos. A perda de ritmo de crescimento da economia mundial pode ser observada com base na análise das estimativas de variação do produto de distintas regiões e países selecionados para o período de 2011-2012, após o intervalo de recuperação da crise financeira mundial em 2010. Esta redução do dinamismo da economia mundial torna-se evidente, sobretudo, em algumas das mais importantes regiões e nações desenvolvidas, como Japão, Estados Unidos e União Europeia, considerando a persistência do crescimento do PIB, embora em níveis mais modestos, das principais nações em desenvolvimento, tanto asiáticas, como China e Índia, quanto latino-americanas, como Brasil, Argentina e México.

A previsão de crescimento para a economia mundial é de 4,0% em 2011, inferior à expansão de 5,1% em 2010, segundo dados do FMI (Tabela 1). O crescimento mundial deve ser liderado pela variação do produto das economias em desenvolvimento (6,4%) considerando a tímida variação estimada para as economias desenvolvidas (1,6%), que devem seguir concentrando os efeitos negativos e persistentes da crise econômica.

Entre estas últimas, destaca-se a expectativa de desaceleração da economia dos Estados Unidos, que havia crescido 3,0% em 2010 passando para uma estimativa de 1,5% em 2011, bem como da União Europeia, que mostrou um modesto crescimento de seu produto em 2010 (1,8%) apresentando uma estimativa de crescimento ligeiramente mais reduzida em 2011 (1,7%). Além disso, estima-se que o Japão deva sofrer com a redução de seu PIB (-0,5%) em 2011 depois de ter apresentado importante recuperação no ano passado (4,0%). No caso japonês, a recente catástrofe natural certamente prejudicou de forma significativa as expectativas quanto ao comportamento de seu produto interno. Por sua vez, as nações asiáticas recentemente indus-

trializadas, que também compõem o grupo de nações desenvolvidas, devem crescer acima da média das economias desenvolvidas no ano de 2011 (4,8%), confirmando sua situação econômica relativamente diferenciada.

As nações asiáticas também tendem a manter a liderança do crescimento das economias em desenvolvimento (8,2%) em 2011, com destaque para China (9,5%) e Índia (7,8%). Por sua vez, o grupo das nações latino-americanas, apesar do esperado desempenho positivo em 2011 (4,5%), deve apresentar uma menor taxa de crescimento se comparada tanto àquela observada em 2010 (6,1%) quanto à média dos países em desenvolvimento em 2011 (6,4%).

Os demais integrantes dos BRICS, Rússia e África do Sul, devem sustentar seu crescimento econômico em 2011, considerando a expectativa de expansão de seu produto interno (para 4,3% e 3,4%, respectivamente), embora se mantendo abaixo da média do crescimento esperado para as nações em desenvolvimento no mesmo ano.

Para 2012, as últimas estimativas do FMI apontam para um crescimento da economia mundial similar ao observado em 2011, com variação ligeiramente positiva para os países desenvolvidos, puxados pelo aumento estimado para a economia dos Estados Unidos e pela recuperação do Japão. Nos países em desenvolvimento, a expectativa é de desaceleração (para 6,1%) no mesmo ano, principalmente como resultado da redução do ritmo de crescimento da China.

No período 2012-2015, espera-se que o modesto crescimento das economias desenvolvidas seja liderado pelo comportamento da economia norte-americana, conforme previsão do FMI, considerando a expectativa de manutenção de reduzida taxa de crescimento do produto das economias europeia e japonesa no mesmo período. As nações asiáticas recentemente industrializadas devem seguir sustentando o crescimento de seu produto acima da média das nações desenvolvidas em futuro próximo, reafirmando sua trajetória diferenciada.

Entretanto, pode-se afirmar que as estimativas de crescimento dos países desenvolvidos publicadas pelo FMI induzem a expectativas relativamente otimistas, sobretudo considerando o atual cenário econômico e político extremamente conturbado dentro do qual se movem as economias desenvolvidas, especialmente Estados Unidos e as nações europeias, que enfrentam enormes

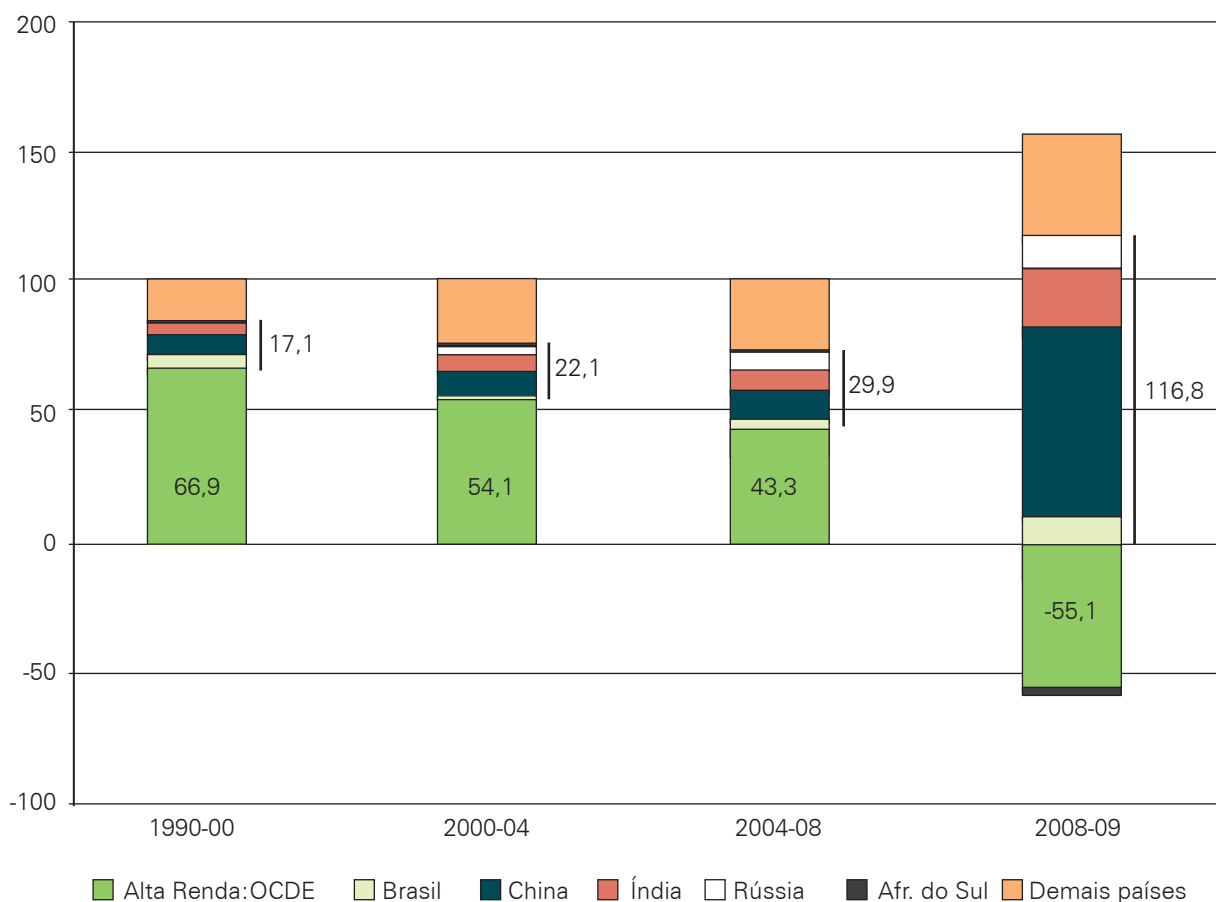
dificuldades com suas contas públicas e dívidas soberanas com evidentes efeitos deletérios sobre investimento, consumo e emprego. O último Relatório da Comissão Europeia (2011), órgão executivo da União Europeia, recentemente reviu sua previsão de crescimento para o bloco de países que utilizam o euro, de 1,8% para 0,5% em 2012, além de admitir o risco de nova recessão econômica. A última edição do *Economic Outlook* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu a estimativa de crescimento para a Zona do Euro para 0,2%, também alertando para o risco de uma recessão mais séria e de um possível contágio para os demais países centrais e emergentes. Isto confirma a expectativa de estagnação da Zona do Euro no próximo ano, e, inclusive, a possibilidade de ressurgimento de um período recessivo.

Sendo assim, as expectativas de crescimento econômico mundial, por um lado, apontam para um período ainda bastante conturbado pela

frente, marcado por reduzida estimativa de crescimento por parte dos países centrais. Por outro lado, reforça-se o peso da expansão das economias em desenvolvimento, sobretudo dos países asiáticos, e especialmente da China, mesmo que em ritmo inferior ao observado nos anos anteriores. A liderança do crescimento chinês tende a ser reafirmada não somente dentro do grupo dos BRICS ou dos países em desenvolvimento, mas também no cenário econômico internacional.

É possível prever, portanto, um cenário de crescimento da demanda mundial dependente, em grande medida, dos países em desenvolvimento. No período anterior à eclosão da crise, percebia-se uma tendência de aumento da importância relativa dos países em desenvolvimento na contribuição ao crescimento do consumo mundial (Gráfico 2). Entre 1990 e 2000, os países de alta renda da OCDE responderam por aproximadamente 67% da variação do consumo privado mundial. No último ciclo de 2004 a 2008,

Gráfico 2 - Contribuição de Regiões e de Países Selecionados à Variação do Consumo Privado Mundial (em %)



Fonte: World Development Indicators (WDI).

esses países responderam por 43% do crescimento do consumo, enquanto os países do grupo dos BRICS responderam por cerca de 30%. Em 2009, os países do grupo dos BRICS compensaram a forte retração observada nos países centrais, cuja redução foi equivalente a mais de 55% da variação do consumo privado mundial.

Do ponto de vista do gasto público e da expansão dos investimentos, também se pode esperar uma maior contribuição dos países em desenvolvimento para o crescimento mundial.

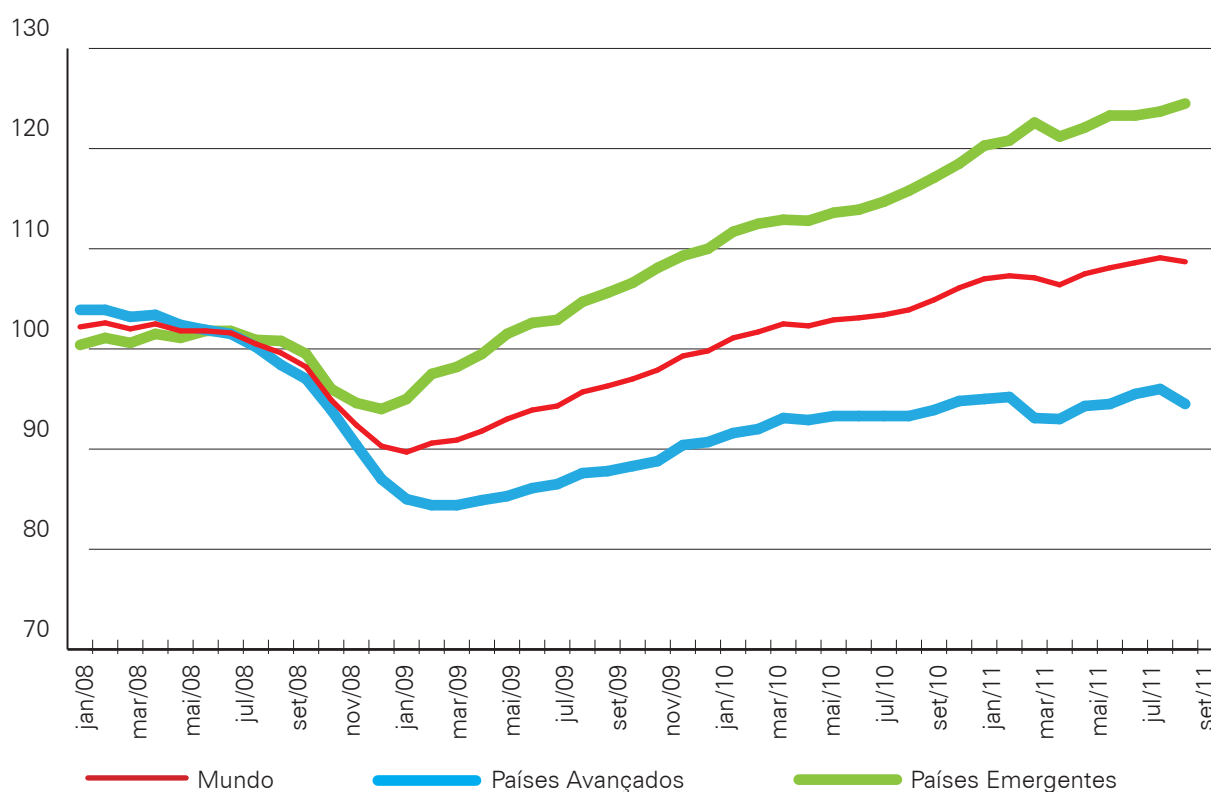
Vislumbra-se, assim, um cenário internacional com acirramento da concorrência entre países, em especial por conta de um período prolongado de estagnação na demanda por parte dos países centrais. Ao mesmo tempo, o potencial de crescimento da demanda nos países em desenvolvimento deve ser alvo de uma disputa mais exacerbada por parte de todos os grandes produtores mundiais, o que certamente lança um grande desafio para países que, como o Brasil, podem contar com um potencial de demanda crescente e, ao mesmo tempo, utilizar sua estrutura produtiva para atender a essa demanda.

A análise comparativa da produção física industrial de países selecionados pode contribuir para a melhor compreensão dos efeitos da crise sobre a indústria dos países abatidos pela crise.

Analisando, em primeiro lugar, os índices de produção física mundial para o conjunto dos países avançados e emergentes divulgados pelo *CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis*, percebe-se a reação muito mais acentuada e rápida nos países em desenvolvimento (Gráfico 3). No caso dos países avançados, não apenas os impactos sobre a produção industrial foram muito maiores como também a recuperação foi muito mais lenta. Enquanto para os países emergentes a produção industrial já havia superado a média de 2008 em meados de 2009, para os países avançados, o índice de produção física se encontrava, ainda em setembro de 2011, em um patamar 5% abaixo da média de 2008.

Os dados divulgados pela OCDE também apontam na mesma direção. A produção física industrial de importantes nações industriais sofreu redução generalizada durante o período em que os efeitos da crise se revelaram de forma

Gráfico 3 - Índices de Produção Física: Mundo, Países Avançados e Países Emergentes (jan/2008 a set/2011) (média de 2008 = 100)



Fonte: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis.

mais intensa (2009), seguida por recuperação no momento pós-crise (2010), e, finalmente, por desaceleração do crescimento na primeira metade do ano corrente (2011). Tanto o desempenho negativo quanto a recuperação e a desaceleração da produção industrial têm afetado de maneira heterogênea os principais países industriais. Além disso, a produção industrial da maioria das economias ainda se encontra abaixo do nível observado no período que antecedeu a eclosão da crise financeira mundial (1º semestre de 2008).

A análise comparativa da produção industrial realizada em âmbito mundial se baseou em uma amostra selecionada de países do conjunto de nações integrantes da OCDE, na qual se incluiu ainda Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e Indonésia, totalizando um grupo de 27 economias industriais (Tabela 2). Os países foram divididos em nações desenvolvidas e em desenvolvimento. No grupo das economias desenvolvidas, destacou-se a Zona do Euro e alguns de seus países integrantes, assim como Estados Unidos e Japão. No grupo das economias em desenvolvimento, ressaltaram-se as economias asiáticas, como China¹, Indonésia e Índia, e latino-americanas, como Brasil, Chile e México, além de outros integrantes do grupo dos BRICS, como Rússia e África do Sul. Buscou-se analisar o desempenho da produção industrial dos distintos países selecionados no período de recuperação em 2010 e de desaceleração do crescimento no 1º semestre de 2011, bem como compará-lo aos níveis observados no período que precedeu a eclosão da crise no 1º semestre de 2008.

O conjunto dos países da OCDE apresentou uma retração média de -12,2% na produção física industrial em 2009² (Tabela 2). Em 2010, houve recuperação na maioria dos países (crescimento médio de 7,9%), com exceção da Grécia, que sofreu retração de seu produto industrial no mesmo ano (-5,0%), antecipando as dificuldades enfrentadas por algumas das economias europeias. Em 2011, houve desaceleração do crescimento da produção industrial nos países da OCDE: a taxa de crescimento médio foi de 5,0% na primeira

metade de 2011. Cumpre destacar que o nível da produção industrial do conjunto das economias da OCDE no último período citado (1º semestre de 2011) ainda se mantém abaixo (-4,7%) daquele observado no período anterior à eclosão da crise mundial (1º semestre de 2008). Novamente se observa que os poucos países que lograram superar no primeiro semestre de 2011 o patamar observado no primeiro semestre de 2008 foram, em geral, os países em desenvolvimento.

Observa-se que alguns países da amostra (8) conseguiram manter ou mesmo intensificar o crescimento de sua produção física industrial na primeira metade de 2011, confirmando a recuperação observada em 2010 (Tabela 2). Os países que compõem este grupo são, em sua maioria, nações industriais europeias, como Alemanha, Áustria e Bélgica, além de alguns países emergentes, como Indonésia e Chile.

Outros países da amostra (15) sofreram desaceleração do crescimento de sua produção industrial na primeira metade de 2011. Apesar de terem apresentado expansão de sua produção industrial nesse período recente, mesmo que alguns deles em níveis muito modestos, os países incluídos nesse grupo atingiram taxas de crescimento menores do que aquelas apresentadas no período de recuperação de 2010.

Alguns países do grupo citado acima (8 do grupo de 15) ainda assim conseguiram manter relevantes taxas de expansão do produto industrial na primeira metade de 2011. Nesse grupo estão alguns países industriais europeus, como França, Holanda e Eslováquia, além dos Estados Unidos, de alguns asiáticos desenvolvidos, como Coreia do Sul, de dois representantes dos BRICS, Rússia e Índia, e de uma única nação latino-americana, o México.

Por sua vez, os demais países (7 do grupo de 15) sofreram intensa desaceleração da produção física industrial no primeiro semestre de 2011, atingindo taxas bastante modestas. Esses países revelaram de forma mais evidente a perda de dinamismo de sua produção industrial no período recente. Nesse grupo, se encontram algumas nações europeias que têm se mantido no centro da crise da Zona do Euro, como Irlanda, Portugal e Itália, além de dois representantes dos BRICS, Brasil e África do Sul, os quais enfrentam preocupante desaceleração do produto industrial considerando sua relevante recuperação em período precedente. A Espanha poderia ser anexada ao grupo

1 No caso da China, utilizou-se o índice de variação do valor adicionado industrial, devido à ausência de dados de produção física.

2 Todos os dados de produção industrial mensal para os países da OCDE foram extraídos de *OCDE StatExtracts*, e sempre com indicadores dessazonalizados.

**Tabela 2 - Variação da Produção Industrial⁽¹⁾ de Países Selecionados
(2008-1º semestre de 2011) (em %)**

	2008	2009	2010	1º. sem.-2011/ 1º. sem.-2010	1º. sem.-2011/ 1º. sem.-2008
OCDE - Total	0,2	(12,2)	7,9	5,0	(4,7)
Economias desenvolvidas					
Zona do Euro	(1,7)	(15,8)	7,9	6,5	(8,1)
Alemanha	0,8	(17,3)	11,8	11,9	(2,5)
Áustria	1,0	(12,6)	6,9	10,5	(1,6)
Bélgica ⁽²⁾	(0,5)	(15,6)	8,2	11,4	(7,8)
Eslováquia	6,2	(14,3)	20,1	12,6	8,6
Eslovênia	2,5	(18,6)	6,9	7,2	(12,8)
Espanha	(7,7)	(17,1)	0,6	1,1	(19,6)
Estônia	(4,5)	(25,5)	19,0	36,0	4,0
Finlândia	1,9	(20,3)	5,5	5,7	(18,1)
França	(2,9)	(13,8)	5,2	5,0	(8,6)
Grécia	2,3	(11,6)	(5,0)	(9,3)	(24,7)
Irlanda	(2,7)	(4,1)	8,2	2,2	5,0
Itália	(3,7)	(19,4)	6,8	2,2	(16,8)
Luxemburgo	(5,3)	(17,3)	11,0	0,7	(12,0)
Holanda	(0,8)	(8,9)	6,4	4,5	(2,3)
Portugal	(3,9)	(10,1)	2,2	0,3	(10,2)
Estados Unidos	(5,0)	(13,5)	5,4	5,0	(9,1)
Canadá	(7,4)	(12,7)	6,7	2,6	(6,9)
Japão	(3,4)	(22,0)	16,7	(4,7)	(16,9)
Coreia do Sul	3,4	(0,2)	16,7	9,1	19,1
Economias em desenvolvimento					
Ásia em desenvolvimento					
Indonésia	3,1	1,5	4,2	5,3	10,3
Índia ⁽²⁾	5,1	6,8	11,2	5,2	23,6
China ⁽³⁾	12,9	11,0	15,7	14,3	n.d.
América Latina e Caribe					
Brasil ⁽²⁾	3,0	(7,3)	10,3	2,8	5,3
Chile ⁽²⁾	0,2	(6,7)	0,5	11,4	(5,5)
México	(0,7)	(9,8)	9,9	6,2	2,7
Rússia	0,5	(15,1)	11,7	8,1	(3,3)
África do Sul	0,6	(12,9)	5,0	2,7	(7,9)

(1) A partir de índices de produção industrial dessazonalizada.

(2) Variações calculadas com base no 1º trimestre de 2011 comparado ao mesmo período de 2010 e de 2008.

(3) Índice de valor adicionado industrial.

Fonte: OCDE StatExtracts e National Bureau of Statistics of China.

descrito acima, apesar de sua situação apresentar certas peculiaridades, pois sua produção industrial não se desacelerou em período recente, como os demais, mas apresentou reduzida elevação na primeira metade de 2011 (1,1%) depois de ter ficado praticamente estagnada em 2010 (0,6%). A estagnação da produção industrial espanhola também justifica a preocupação europeia com a situação de sua economia.

Poucos países da amostra (2) apresentaram encolhimento de sua produção industrial no primeiro semestre de 2011. Um deles (Japão) reverteu o comportamento ascendente observado no ano anterior. Para tal, contribuíram os efeitos adversos da recente catástrofe natural sobre a economia do país. A produção industrial japonesa havia crescido 16,7% em 2010, mas sofreu redução de 4,7% na primeira metade de 2011. O outro (Grécia), que se encontra no epicentro da crise europeia, aprofundou o movimento de retração de sua produção industrial no primeiro semestre de 2011 (-9,3%) depois de ter apresentado redução em 2010 (-5,0%). Na comparação com o momento pré-crise, a Grécia apresentou o mais dramático encolhimento da produção industrial dentre os países selecionados (perda de quase um quarto de sua produção física industrial no primeiro semestre de 2011 comparado ao mesmo período de 2008).

Sendo assim, apesar da maioria dos países industriais selecionados ter apresentado crescimento de sua produção física industrial no período pós-crise, mesmo considerando a perda de dinamismo na primeira metade de 2011, o conjunto das economias analisadas não concretizou efetivamente a retomada do nível de sua produção industrial existente no período que precedeu a eclosão da crise, perpetuando, na melhor situação, um movimento de lenta e incerta recuperação de seus efeitos adversos. Poucas nações industriais conseguiram de fato superar o nível de sua produção industrial do período pré-crise, com destaque para alguns países asiáticos, como Coreia do Sul e Índia, bem como alguns latino-americanos, como Brasil e México. Mesmo assim, preocupa a trajetória de desaceleração da expansão da produção industrial desses países em período recente, os quais certamente deverão se manter atentos à possibilidade de séria reversão do dinamismo de sua demanda, e, portanto, de sua produção industrial e de seu crescimento econômico em futuro próximo, tornando mais do que nunca

fundamental a adoção de políticas de estímulo ao crescimento econômico.

A avaliação dos dados comparativos mundiais permite afirmar que a crise de 2008-2009 afetou de maneira geral a economia mundial e, de forma específica, a atividade industrial dos diversos países. Pode-se perceber, ademais, que os distintos países têm reagido de forma heterogênea à crise, ainda que para a maior parte deles seja possível notar o dramático movimento de contração em 2009, a trajetória de recuperação em 2010 e a desaceleração do crescimento na primeira metade de 2011.

A perda recente de dinamismo tem sido mais evidente em algumas das mais importantes nações desenvolvidas, enquanto as nações em desenvolvimento, principalmente as nações asiáticas, têm conseguido manter maior crescimento e perspectivas relativamente mais positivas para o futuro próximo. A adoção de políticas públicas, fiscais e tributárias, foi fundamental para a recuperação da demanda doméstica e, por extensão, da indústria e da economia desses últimos países no período pós-crise. O consumo das famílias e, ademais, a retomada das exportações contribuíram para a reativação do nível de atividades, que, por sua vez, estimulou sua recuperação industrial. Para os próximos anos, as expectativas de crescimento econômico confirmam o peso das economias em desenvolvimento, especialmente dos países asiáticos, com destaque para a China. Combinando-se o crescimento chinês e o incremento da demanda das diversas nações em desenvolvimento, mesmo que em ritmo mais reduzido, com a modesta expansão ou estagnação das nações desenvolvidas, espera-se intensificação da concorrência internacional, afetando de forma decisiva os demais países emergentes, como o Brasil, que precisam orientar urgentemente seus esforços no sentido do enfrentamento do novo cenário internacional.

2. DESEMPENHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-CRISE

2.1 Antecedentes

Antes de detalhar o comportamento da indústria brasileira no período posterior à eclosão da crise internacional, é importante recordar as características do ciclo de crescimento vivenciado pela economia brasileira no período 2004-2008 e o papel da indústria.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que, depois de um longo período de estagnação, a economia brasileira voltou a vivenciar um período de crescimento mais acelerado entre 2004 e 2008. A taxa média de crescimento nesse período foi de 4,8%, contrastando com aquele verificado desde os anos 80 do século passado (pouco acima de 2% ao ano entre 1980 e 2003).

Do ponto de vista externo, como apontado na seção anterior, a conjuntura do período foi bastante favorável, com o crescimento sincronizado das economias centrais e dos países em desenvolvimento e, principalmente, com a crescente influência da China sobre preços e quantidades de *commodities* exportadas pelo Brasil. Esse cenário internacional favorável impulsionou as exportações brasileiras, contribuindo para a expansão econômica, sobretudo entre 2003 e 2005. Entretanto, embora as exportações tenham exercido um papel fundamental no acúmulo de reservas e no afastamento da vulnerabilidade externa, a demanda interna cumpriu o papel determinante no ciclo de crescimento, que passou a ser determinado pela retomada do consumo, que, por sua vez, acabou estimulando o crescimento dos investimentos³.

Do ponto de vista da retomada do consumo, foram fundamentais o crescimento do emprego formal e a redução da taxa de desemprego, assim como o aumento do rendimento médio real, impulsionado em grande medida pela política de re-

cuperação do valor do salário mínimo. Também foi fundamental a expansão do crédito ao consumo, além da redução das taxas praticadas e aumento dos prazos dos financiamentos. Vale destacar que a expansão do crédito não pode ser dissociada do aumento da formalização do emprego, uma vez que o emprego formal facilitou a obtenção de crédito em condições mais favoráveis.

A recuperação do mercado de trabalho significou a volta de um importante mecanismo de retroalimentação dinâmica para a economia, que sustentou o crescimento da renda e do consumo, da produção industrial e, finalmente, resultou em elevação dos investimentos.

A retomada das condições gerais de demanda tanto doméstica quanto externa ocasionou, ao mesmo tempo, a elevação da rentabilidade das atividades e da capacidade de autofinanciamento, além do surgimento de expectativas mais otimistas em relação à sustentabilidade futura dos investimentos.

Além do autofinanciamento, é importante destacar também a ampliação do crédito para pessoas jurídicas, inclusive de longo prazo, com redução de taxas e aumento de prazos, com o BNDES assumindo papel decisivo. Também foi importante a retomada do investimento em infraestrutura (majoritariamente público, mas com parcerias privadas e forte presença de empresas estatais, como a Petrobras), através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ademais do volume de recursos mobilizado, também ajudou na coordenação de expectativas necessárias para destravar os investimentos privados.

Esse padrão de crescimento liderado pelo consumo doméstico e pelo investimento se espelhou na produção física industrial, que passou a acelerar seu ritmo de crescimento especialmente a partir do segundo semestre de 2006. A partir daí, o ritmo de produção cresceu continuamente até o último trimestre de 2007, quando atingiu 7,9%. Em 2008, as taxas continuaram em

³ Para uma descrição mais detalhada do crescimento nesse período: ABDI (2009) e Sarti e Hiratuka (2010).

patamar elevado, em torno de 6,5% até o terceiro trimestre, quando os sinais da crise internacional se explicitaram. Do ponto de vista das categorias de uso, o crescimento foi impulsionado tanto pelos bens de consumo duráveis quanto pelos bens de capital. Considerando os bens de consumo duráveis, a taxa de crescimento da produção física acumulada em 2007 foi de 9,1%. Do terceiro trimestre de 2007 até o segundo trimestre de 2008, a taxa chegou a 14%, reduzindo-se um pouco às vésperas da eclosão da crise. Embora com contribuição ao crescimento um pouco inferior, a produção física de bens de capital chegou a crescer a taxas superiores ao dos bens duráveis. Ao longo de 2007 e até o terceiro trimestre de 2008, a taxa de crescimento trimestral da produção física de bens de capital atingiu aproximadamente 20%.

Em suma, a indústria brasileira antes da crise vinha numa trajetória de forte expansão, aproveitando-se do crescimento consistente do PIB liderado pela demanda doméstica. A elevação da renda e a recuperação do dinamismo do mercado de trabalho, assim como a ampliação do crédito, impulsionaram o consumo das famílias. À reati-

vação e sustentação do consumo, se seguiu a retomada dos investimentos, fato que diferencia esse ciclo dos últimos ocorridos a partir da década de 80. A economia vinha, portanto, em um ritmo bastante acelerado quando foi atingida pela crise internacional a partir de setembro de 2008.

É importante destacar que a eclosão da crise, diferente de períodos anteriores, teve origem completamente exógena, e não foi provocada por limitações decorrentes de desequilíbrios derivados do processo de crescimento interno. Mesmo assim, os impactos foram bastante negativos.

2.2 Produção Industrial

Depois de um período de recuperação rápida em 2009 até o início de 2010, a economia brasileira está enfrentando um movimento de desaceleração no ano corrente (2011). A desaceleração do crescimento da economia brasileira que se iniciou em 2010 pode ser observada mais claramente ao longo de 2011.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro a preços de mercado havia apresentado elevação em 2010 (7,5%), evidenciando a revitalização da

Tabela 3 - Taxa de Variação do PIB Brasileiro por Atividades e por Componentes da Demanda (2008-2011*) (em %)

	2008	2009	2010	Jan-set/ 2010	Jan-set/ 2011
PIB a preços de mercado	5,2	(0,3)	7,5	8,3	2,7
Atividades					
Agropecuária	6,3	(3,1)	6,3	7,3	2,6
Indústria	4,1	(5,6)	10,4	12,5	1,5
Extrativa Mineral	3,5	(3,2)	13,6	13,7	2,9
Transformação	3,0	(8,7)	10,1	12,8	0,5
Construção Civil	7,9	(0,7)	11,6	13,7	3,1
Eletricidade, gás e água	4,5	0,9	8,1	9,1	3,7
Serviços	4,9	2,1	5,5	5,7	2,8
Componentes da Demanda					
Despesa de consumo das famílias	5,7	4,4	6,9	6,8	4,2
Despesa de consumo da administração pública	3,2	3,1	4,3	4,8	2,3
Formação bruta de capital fixo	13,6	(6,7)	21,3	25,4	4,2
Exportação de bens e serviços	0,5	(9,1)	11,5	10,9	5,1
Importação de bens e serviços (-)	15,4	(7,6)	35,8	39,8	10,0

(*) Janeiro a setembro de 2011.

Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

economia depois de seu encolhimento em 2009 (-0,3%). Contudo, verificou-se desaceleração do ritmo de crescimento do produto brasileiro de janeiro a setembro de 2011 em relação a igual período de 2010 (para 2,7%) (Tabela 3).

A observação do comportamento das distintas atividades econômicas confirma o movimento de desaceleração do crescimento do produto brasileiro no ano corrente. O significativo crescimento da indústria (10,4%), da agropecuária (6,3%) e da atividade de serviços (5,5%) em 2010, foi seguido por uma evidente redução do ritmo de crescimento de todas as atividades no período de janeiro a setembro de 2011 com relação ao mesmo período de 2010 (para 1,5%, 2,6% e 2,8%, respectivamente – Tabela 3). No caso específico da indústria de transformação, a redução do ritmo de atividade ficou ainda mais evidente, uma vez que a taxa se reduziu de 12,8% no período de janeiro a setembro de 2010 para 0,5% no período de janeiro a setembro de 2011. Somente a atividade de serviços, menos exposta à concorrência internacional, logrou apresentar uma taxa de crescimento relativamente mais elevada, apesar de modesta (2,8%), no último período analisado. A desaceleração do crescimento atingiu, desta forma, as distintas atividades econômicas, com destaque para a expressiva perda de dinamismo da indústria brasileira.

A demanda interna constituiu-se no principal pilar de sustentação do crescimento da economia brasileira antes da crise mundial e no momento de sua recuperação, com especial destaque para o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo (Tabela 3). Os dois componentes da demanda interna citados apresentaram significativo crescimento em 2010 (6,9% e 21,3%, respectivamente). Entretanto, todos os componentes da demanda interna sofreram redução de ritmo em 2011. Cotejando dados de janeiro a setembro de 2011 com os de igual período de 2010, destacou-se a desaceleração do crescimento do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo (ambos para 4,2%).

O movimento da formação bruta de capital fixo combinado ao do PIB a preços de mercado se refletiu no aumento da taxa de investimento, que havia alcançado o patamar médio de 19,1% no ano de eclosão da crise mundial (2008) e de 19,5% no período de recuperação (2010), mantendo-se nesse patamar médio no período de janeiro a setembro de 2011. Ainda existe um im-

portante caminho a ser percorrido para aproximar a taxa de investimento daquela desejada para viabilizar o crescimento sustentável da economia brasileira. Entretanto, como será detalhado na seção 5, espera-se que novos fatores possam afetar positivamente os investimentos nos próximos períodos, como a suavização da política de juros elevados, além das medidas do Plano Brasil Maior (MDIC, Plano 2011-2014), contribuindo, portanto, para um desempenho mais virtuoso da economia e da indústria brasileira.

O consumo das famílias tem se mantido como o principal componente da demanda interna, balizando o desempenho do PIB brasileiro ao longo dos últimos anos. A contribuição do consumo das famílias ao crescimento do PIB tem se destacado dentre os demais componentes da demanda pela sua maior estabilidade frente aos demais componentes, juntamente com o consumo da administração pública.

É importante sublinhar o fato de que o crescimento das importações tem colaborado para eliminar parte dos ganhos resultantes do crescimento da demanda interna, o que se observou claramente no período de recuperação pós-crise, quando as importações atingiram uma significativa taxa de crescimento (35,8% em 2010 – Tabela 3). As importações mantiveram um comportamento ascendente, embora em ritmo mais modesto (10,0%), no período de janeiro a setembro de 2011 comparado a igual período de 2010, mas ainda corroendo parcialmente os efeitos positivos do aumento dos componentes da demanda interna sobre o PIB brasileiro no período analisado.

Esse movimento pode ser observado de forma mais detalhada comparando-se as taxas de crescimento do consumo das famílias, do PIB da indústria de transformação e das importações de bens e serviços (Gráfico 4). Pode-se perceber que, embora a taxa de crescimento das importações já estivesse crescendo em um ritmo acima da produção da indústria de transformação no período anterior à crise em razão tanto do crescimento econômico quanto do câmbio valorizado, esse movimento não havia se traduzido em freio à atividade industrial. O consumo das famílias e o produto da indústria de transformação caminhavam de maneira similar até o terceiro trimestre de 2008. No entanto, quando se observa o período posterior à crise, depois da recuperação verificada até o primeiro trimestre de 2010, as importações se mantiveram em ritmo forte e passaram

Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Trimestral do Consumo das Famílias, do PIB da Indústria de Transformação e da Importação de Bens e Serviços (I/2007 a II/2011) (em %)



Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

a ocupar espaço da produção industrial nacional. A partir do último trimestre de 2010, a produção industrial passou a apresentar uma taxa de crescimento trimestral muito menor do que a da demanda interna. A volta da valorização cambial depois da crise tem um peso nesse processo, mas também o cenário internacional, que, como mostrado na seção 1, passou a refletir as condições mais desfavoráveis nos países centrais e a volta do menor crescimento, acirrando a competição no mercado mundial.

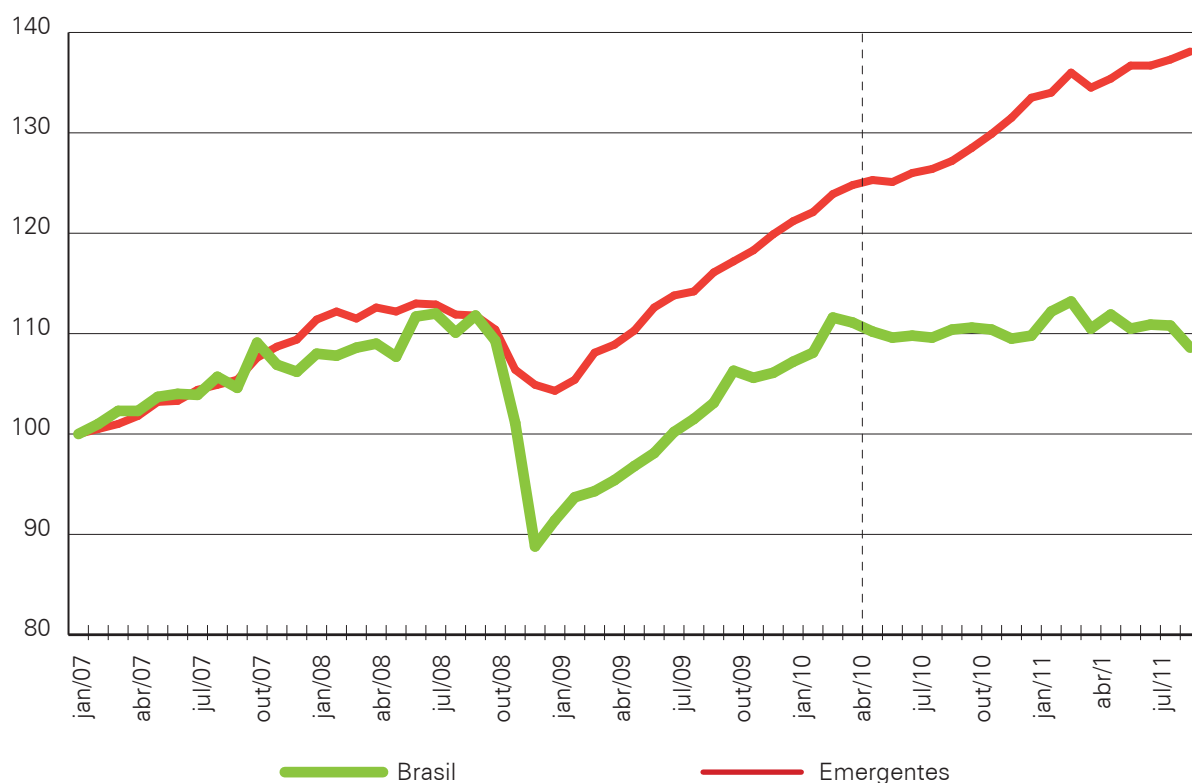
Os efeitos do cenário internacional mais negativo sobre a indústria brasileira também podem ser verificados através da comparação com o desempenho das demais economias emergentes. Embora a produção física brasileira tenha se reduzido mais do que a do conjunto dos países emergentes, o ritmo de recuperação foi parecido até o primeiro trimestre de 2010 (Gráfico 5). A partir daí, a produção industrial brasileira claramente apresentou tendência de estagnação, sentindo tanto a volta de uma política monetária mais restritiva quanto os efeitos da concorrência internacional.

A redução do ritmo da atividade industrial bra-

sileira pode ser confirmada na análise dos dados de janeiro a setembro de 2011 obtidos na Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF/IBGE). A produção física da indústria brasileira sofreu forte desaceleração de seu crescimento no período de janeiro a setembro de 2011 comparado com mesmo período do ano anterior, apresentando uma variação de 2,0% na indústria extrativa, de 1,0% na de transformação e de 1,1% na indústria geral, depois de ter atingido elevadas taxas de crescimento de janeiro a setembro de 2010 (Tabela 4).

Detalhando o comportamento da produção industrial brasileira por categorias de uso, nota-se a generalização da forte desaceleração de seu crescimento de janeiro a setembro de 2011, claramente contrastando com a significativa recuperação observada em igual período de 2010 (Tabela 4). A produção física dos bens de capital, que havia se destacado no momento de retomada, apresentando uma variação de 26,6% de janeiro a setembro de 2010, sofreu perda de dinamismo ao atingir um menor crescimento de 5,0% de janeiro a setembro de 2011. Tal comportamento se repetiu, embora de forma mais

Gráfico 5 - Índices de Produção Física da Indústria: Brasil e Países Emergentes (jan/2007 a jul/2011) (janeiro de 2007 = 100)



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE e CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis.

Tabela 4 - Taxa de Variação da Produção Industrial Brasileira (2008-2011*)(em %)

Atividades	2008	2009	2010	Janeiro a setembro de 2010	Janeiro a setembro de 2011
Indústria Geral	3,1	(7,4)	10,5	13,2	1,1
Indústria Extrativa	3,8	(8,8)	13,4	14,6	2,0
Indústria de Transformação	3,1	(7,3)	10,3	13,1	1,0
Categorias de uso					
Bens de capital	14,3	(17,4)	20,9	26,6	5,0
Bens intermediários	1,5	(8,8)	11,4	14,2	0,6
Bens de consumo duráveis	3,8	(6,4)	10,3	13,6	0,5
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	1,4	(1,5)	5,3	6,6	0,3

(*) Janeiro a setembro de 2011.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

dramática, para todas as demais categorias de uso, cuja produção física logrou apresentar variação muito modesta no acumulado de janeiro a setembro do ano corrente (entre 0,3% e 0,5%),

indicando certa estagnação não observada nos bens de capital.

A análise da evolução mensal da produção física das distintas categorias de uso torna-se

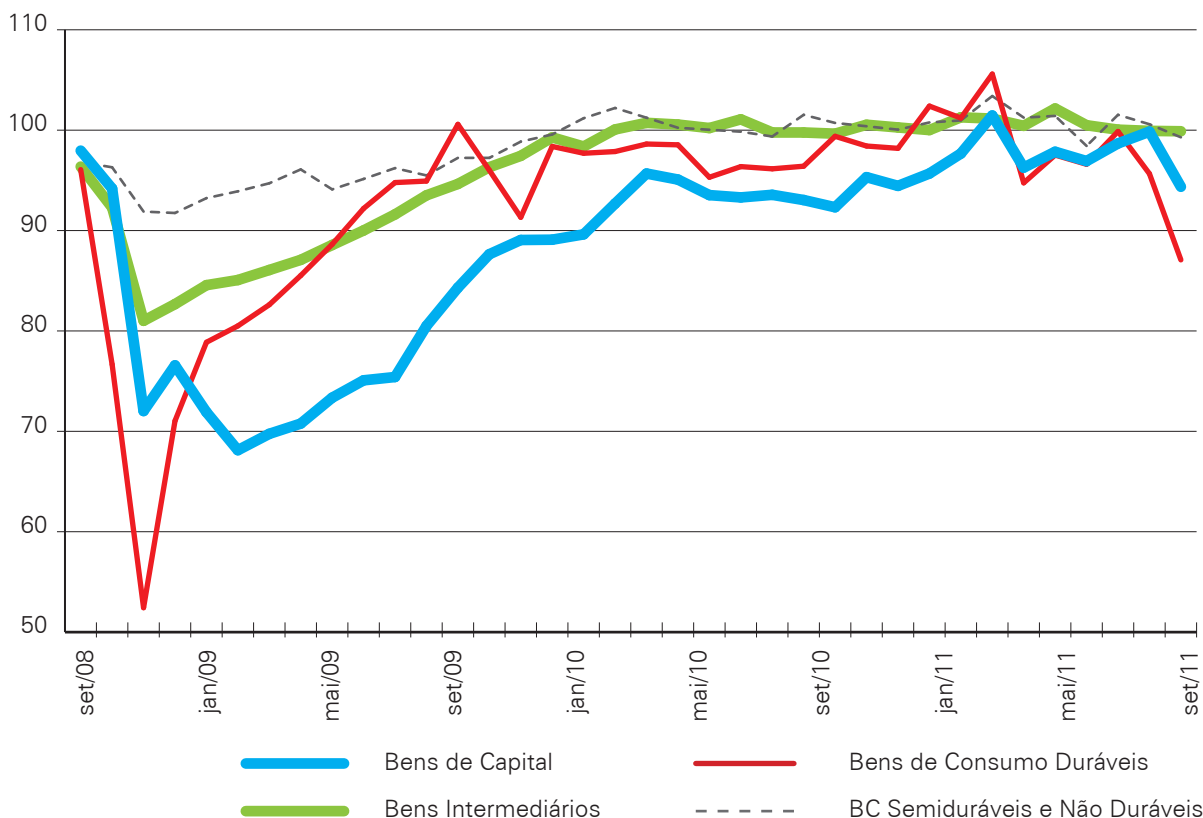
importante para detalhar sua trajetória ao longo dos últimos anos (setembro de 2008 a setembro de 2011). Reafirmou-se, embora de maneira um pouco diferenciada para as distintas categorias de uso, a intensa retração no último trimestre de 2008, a retomada ao longo do ano de 2009, a estabilização em 2010 e a desaceleração do crescimento no ano corrente (Gráfico 6).

O comportamento da produção física dos bens de consumo duráveis, quando comparado ao das demais categorias de uso, revelou-se mais intenso nos períodos tanto de contração quanto de recuperação da atividade econômica, mostrando sua forte dependência das expectativas empresariais e do comportamento do crédito e da demanda interna, afetados negativamente pela crise e, posteriormente, recuperados pelas medidas de estímulo à retomada da produção de importantes setores duráveis, como o setor de automóveis. O movimento recente também tem sido de acentuada desaceleração para os bens duráveis, indicando os efeitos das medidas macroprudenciais que restringiram o crédito. Por

sua vez, a produção de bens de capital, que havia liderado a expansão industrial no ciclo de crescimento, mostrou de forma inequívoca os reflexos adversos da crise mundial sobre a indústria brasileira, conseguindo apresentar forte recuperação na retomada econômica, mas recente desaceleração no ano corrente. No caso específico dos bens intermediários, a redução da demanda externa relacionada à crise e sua posterior recuperação com base na demanda asiática tiveram um peso importante sobre alguns segmentos com elevada orientação exportadora. Os produtos semiduráveis e não duráveis, por fim, apresentaram variações menos acentuadas ao longo do tempo, pois não foram tão afetados pelos efeitos deletérios da crise dada sua menor dependência da disponibilidade de crédito para o consumo.

A análise da produção física por setor industrial permite afirmar que a maioria dos setores seguiu o comportamento da indústria de transformação no período que procedeu à crise mundial. Ademais, observou-se que os setores líderes da recuperação industrial brasileira no momento

Gráfico 6 - Índices de Produção Industrial Brasileira por Categorias de Uso
(set/2008 a set/2011) (setembro de 2008 = base 100)



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

pós-crise (2010) apresentaram desaceleração do crescimento de sua produção física em período recente (janeiro a setembro de 2011).

Grande parte dos setores industriais (23 dos 27 setores analisados na PIM-PF/IBGE) conseguiu recuperar ou mesmo acelerar o crescimento de sua produção no ano de 2010, principalmente de janeiro a setembro, muitos deles revertendo

o movimento de contração observado no ano de 2009 (Tabela 5). Em 2010, muitos setores industriais (15 dentre 27) conseguiram atingir taxas de crescimento superiores ou próximas daquela alcançada pela indústria de transformação brasileira (10,3%). Muitos dos setores que se destacaram nesse ano estão incluídos na categoria de bens de capital ou de bens de consumo

Tabela 5 - Taxa de Variação da Produção Física por Setores Industriais (2009-2011*) (em %)

Setores Industriais	2009	2010	Janeiro a setembro de 2010	Janeiro a setembro de 2011
Indústria Extrativa	(8,8)	13,4	14,6	2,0
Indústria de Transformação	(7,3)	10,3	13,1	1,0
Alimentos	(1,7)	4,5	6,3	(0,5)
Bebidas	7,1	11,2	13,8	(1,8)
Fumo	(2,4)	(8,0)	(9,8)	15,0
Têxtil	(6,4)	4,6	7,9	(14,6)
Vestuário e acessórios	(7,9)	7,2	9,0	(2,4)
Calçados e artigos de couro	(8,6)	6,7	13,2	(8,9)
Madeira	(17,7)	16,1	18,2	(0,3)
Celulose, papel e produtos de papel	(1,4)	4,4	5,2	1,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	(2,7)	3,7	3,9	4,7
Refino de petróleo e álcool	(0,8)	0,7	1,0	1,0
Farmacêutica	7,9	2,4	4,6	2,1
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	4,7	1,7	2,5	(1,1)
Outros produtos químicos	(4,3)	10,2	12,3	(2,8)
Borracha e plástico	(9,3)	12,6	16,4	0,2
Minerais não metálicos	(4,6)	9,3	10,6	4,2
Metalurgia básica	(17,6)	17,7	24,1	0,1
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	(14,6)	23,4	28,5	3,2
Máquinas e equipamentos	(18,5)	24,1	32,1	1,7
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	(6,6)	13,2	14,9	(3,8)
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	(19,9)	8,8	12,9	(1,4)
Material eletrônico, aparelhos e equipam. de comunicações	(25,5)	3,1	12,0	5,5
Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar e ópticos	(12,1)	20,6	19,2	11,7
Veículos automotores	(12,4)	24,2	29,4	4,3
Outros equipamentos de transporte	2,4	(0,1)	(3,4)	10,5
Mobiliário	(2,9)	10,9	13,1	2,5
Diversos	(7,9)	11,7	15,5	3,4

(*) Janeiro a setembro de 2011.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

duráveis, revelando sua importância no período de recuperação. Os destaques foram: veículos automotores (24,2%); máquinas e equipamentos (24,1%); produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos (23,4%); equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (20,6%) e metalurgia básica (17,7%). No caso específico da indústria extrativa, observa-se comportamento similar ao da indústria de transformação, revertendo seu comportamento negativo e recuperando sua produção, principalmente de janeiro a setembro de 2010. Dentre os setores da pesquisa do IBGE, dez (10) cresceram abaixo da média da indústria de transformação brasileira em 2010. Somente dois (2) setores sofreram contração de sua produção física no mesmo período: fumo (-8,0%), que acentuou a contração observada em 2009, e outros equipamentos de transporte (-0,1%), que mostrou um comportamento bem diferenciado dos demais setores e ficou praticamente estagnado em 2010.

A maioria dos setores da indústria brasileira (24 dos 27 incluídos na pesquisa do IBGE) apresentou estagnação ou desaceleração ou mesmo reversão do crescimento de sua produção no período de janeiro a setembro de 2011, seguindo novamente o comportamento médio da produção da indústria de transformação, que sofreu com a desaceleração de seu crescimento no mesmo período (para 1,0%). Dentre os setores da pesquisa do IBGE, dezesseis (16) apresentaram estagnação/contração da produção física ou atingiram crescimento igual ou somente um pouco superior à média da indústria da transformação (1% a 2%) (Tabela 5). Este é o caso da maioria dos setores relacionados aos bens de capital e aos bens de consumo duráveis que haviam liderado o ciclo de recuperação pós-crise, como veículos automotores, máquinas e equipamentos e produtos de metal (exclusive máquinas e equipamentos). Inclui-se também, nesse grupo, a indústria extrativa, que sofreu forte desaceleração no período de janeiro a setembro de 2011 (para 2%). No caso específico dos bens duráveis, as medidas de restrição ao crédito adotadas em 2010 para conter o ímpeto inflacionário tiveram um papel relevante para a desaceleração observada na produção. O afrouxamento dessas medidas, assim como o movimento de redução de juros, tende a se refletir positivamente no comportamento futuro da produção industrial.

No período de janeiro a setembro de 2011,

dos setores pesquisados pelo IBGE, somente onze (11) conseguiram atingir taxas de crescimento efetivamente superiores àquela da indústria de transformação (acima de 2%). Os destaques ficaram com: fumo (15,0%); equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (11,7%) e outros equipamentos de transporte (10,5%). Os setores de fumo e equipamentos de transporte novamente se diferenciaram, pois conseguiram não somente recuperar sua produção e reverter a contração observada em períodos anteriores, mas também se destacar dentre os demais setores industriais por conta do elevado crescimento de sua produção de janeiro a setembro de 2011. Mesmo apresentando crescimento ainda elevado de sua produção no período analisado, o setor de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros sofreu desaceleração, seguindo a tendência apontada para os demais setores brasileiros.

Realizando um balanço do desempenho industrial no período recente, observa-se que a desaceleração do crescimento dos principais componentes da demanda interna, com destaque para o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo, tem tido um papel importante na redução do ritmo de produção. Com certeza a volta de uma política monetária e de crédito mais apertada, depois do afrouxamento observado para combater a crise, tiveram impactos relevantes. No entanto, também é importante destacar que a desaceleração da indústria foi maior do que a redução da demanda, o que reflete as condições adversas decorrentes da maior competição internacional no mercado interno, além de tudo, impulsionado pelo câmbio valorizado. Na próxima subseção, serão detalhados os impactos desse movimento sobre o volume de emprego.

2.3 Emprego Formal

Antes de analisar com mais detalhes as informações sobre o emprego na indústria brasileira, cumpre também proceder a uma breve análise comparativa do emprego na indústria de transformação de países selecionados. O grupo de nações selecionadas apresentou, em geral, perda líquida de emprego industrial ao longo do período em que os impactos da crise se mostraram de maneira mais dramática (2009), seguida por modesta recuperação localizada em poucos países, no momento pós-crise (2010). Além disso,

a recuperação do emprego industrial na maioria das economias não foi suficiente para compensar a perda observada no período de crise.

Os países europeus e os Estados Unidos sofreram perda líquida de postos de trabalho na indústria de transformação em 2009, ano de auge da crise econômica mundial, e apenas Estados Unidos e Reino Unido apresentaram recuperação, muito tímida, em 2010 (Gráfico 7). Em termos absolutos, a União Europeia perdeu 2,8 milhões de empregos nas atividades de manufaturas em 2009 e cerca de um milhão em 2010. Dentre os países europeus, destacam-se o Reino Unido, com perda de 540 mil postos de trabalho em 2009, Alemanha, com perda de 250 mil, França e Itália, com pouco mais de 200 mil. Nos Estados Unidos, a perda líquida de empregos na indústria de transformação foi de 1,4 milhões, metade do valor apresentado pela União Europeia consolidada. Em 2010, mesmo com a modesta recuperação econômica das nações desenvolvidas após o auge da crise, a maioria dos países analisados continuou apresentando queda do emprego industrial, com a exceção da criação de 50 mil postos de trabalho no Reino Unido e de 85 mil nos Estados Unidos, muito pouco para compensar a perda apresentada em 2009.

O Brasil, por sua vez, se diferenciou dos demais países analisados, pois não apresentou perda líquida de empregos na indústria de transformação no biênio 2009-2010. Mesmo no período de retração econômica (2009), foram criados 3,7 mil postos de trabalho. Em 2010, ano de retomada pós-crise, a criação de vagas chegou a quase 460 mil, diferença significativa em relação aos países avançados (Gráfico 7). Deve-se ressaltar que, além da crise ter sido mais branda e a recuperação mais significativa no Brasil, os países avançados, em especial os Estados Unidos, já vinham apresentando queda do emprego industrial mesmo antes da crise, o que ajuda a explicar a diferença de comportamento do emprego industrial entre eles e o Brasil no período pós-crise.

Analisando mais detalhadamente a geração de empregos industriais no Brasil, percebem-se diferenças importantes entre o comportamento da indústria extrativa e o da indústria de transformação, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários (PIMES/IBGE). Ambas apresentaram trajetória descendente entre setembro de 2008 e julho de 2009, período de auge da crise, porém a queda do emprego na indústria de transformação brasileira foi mais intensa do que a redução na indústria extrativa (Gráfico 8). Entre

Gráfico 7 - Criação Líquida de Empregos na Indústria de Transformação de Países Selecionados (2009-2010) (em mil unidades)

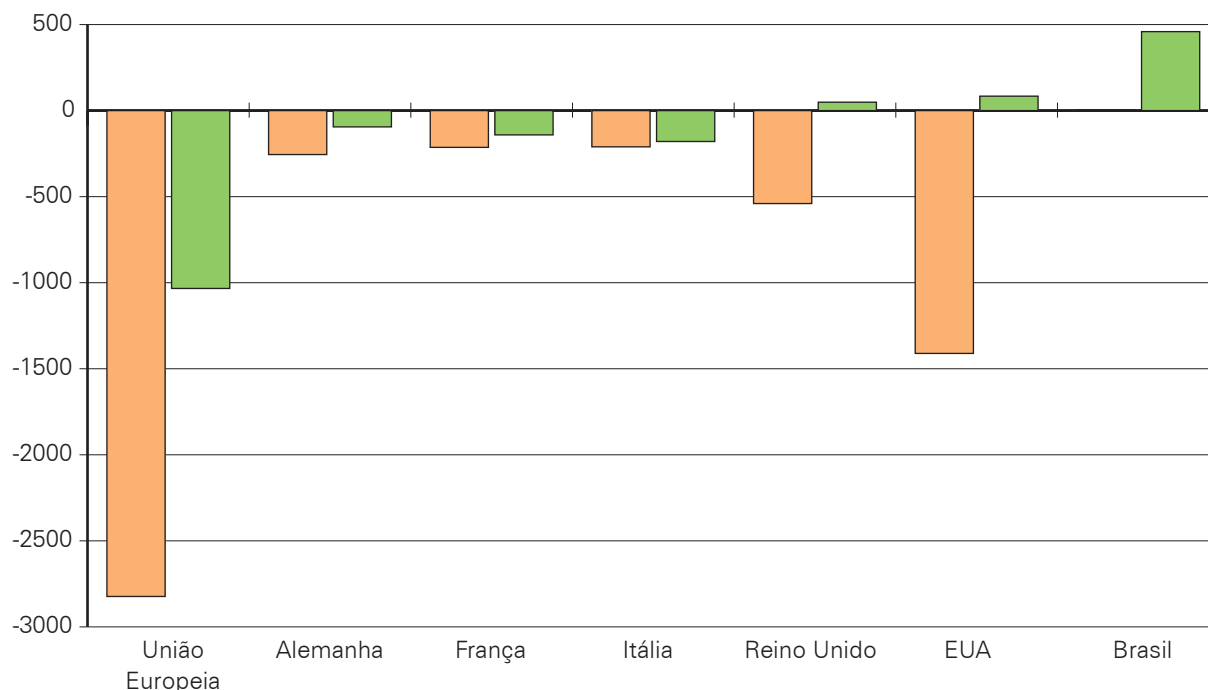
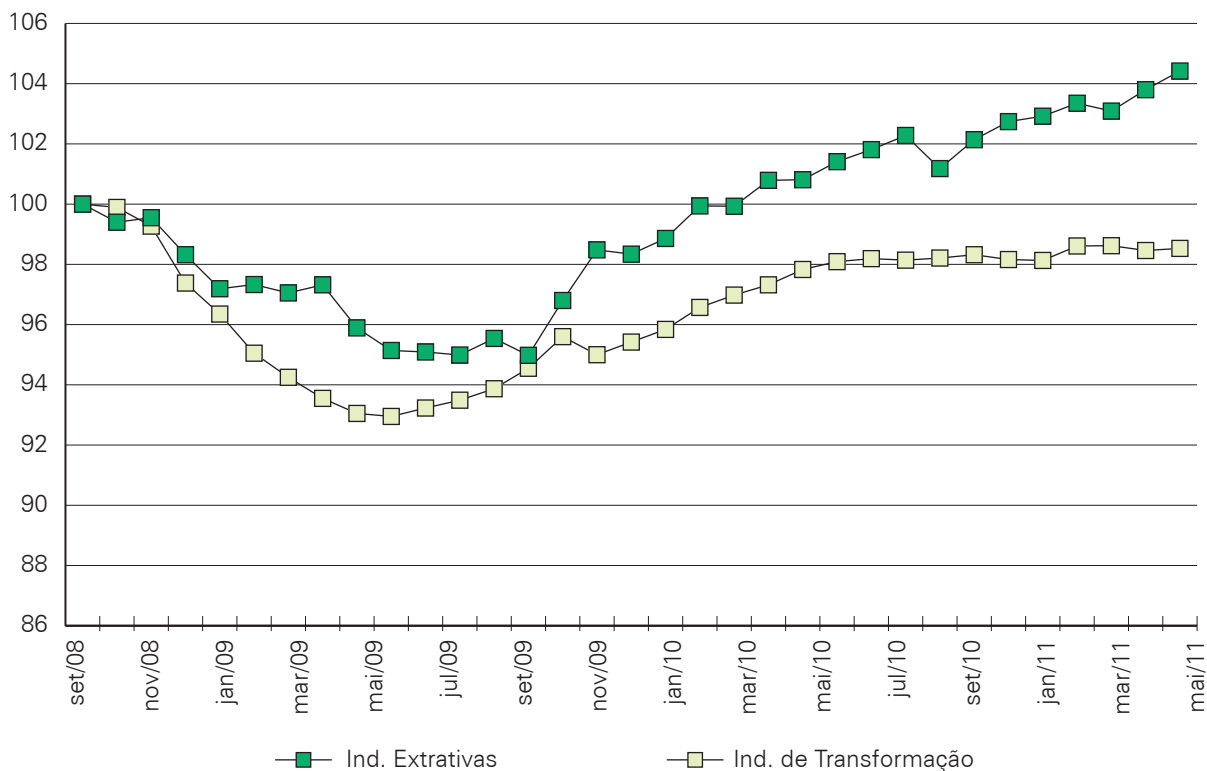


Gráfico 8 - Índices de Pessoal Ocupado Assalariado na Indústria Brasileira: Indústria Extrativa e Indústria de Transformação (set/2008 a mai/2011) (setembro de 2008 = base 100)



Nota: Dados com ajuste sazonal.
Fonte: PIMES/IBGE.

agosto de 2009 e agosto de 2010, a trajetória é de recuperação do emprego nos dois casos, sendo que a indústria extrativa chega a superar o nível de emprego existente em setembro de 2008, o que não acontece com a indústria de transformação. A partir de setembro de 2010, há uma clara desaceleração do crescimento do emprego na indústria de transformação, enquanto o emprego na indústria extrativa mantém o movimento ascendente.

Em termos absolutos, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE)⁴ indicaram a criação de 3,5 mil empregos na indústria extrativa e de 3,65 mil na indústria de transformação em 2009 (Tabela 6). Apesar de serem valores muito próximos, vale ressaltar que o estoque de emprego na indústria de trans-

formação é mais de 30 vezes maior que o da indústria extrativa (segundo dados da RAIS/MTE), indicando o menor dinamismo da geração de empregos nas atividades de manufatura no referido ano. Em 2010, período de recuperação após a crise, houve aceleração da geração de empregos tanto na indústria extrativa (18,5 mil postos de trabalho formais) quanto na de transformação (459 mil). Contudo, a indústria extrativa continuou apresentando maior dinamismo na criação de empregos considerando a variação sobre o estoque de 2009 (9% contra 7%).

Assim como os dados da PIMES, as informações do CAGED também mostram desaceleração da geração de empregos na indústria brasileira no primeiro semestre de 2011 (36% a menos do que em igual período de 2010). Essa desaceleração se deve ao comportamento da indústria de transformação, que apresentou contração de 38% na geração de postos de trabalho em relação ao primeiro semestre de 2010, enquanto a geração de emprego na indústria extrativa continuou sua trajetória de crescimento (24% a mais do que na primeira metade de 2010) (Tabela 6).

4 O CAGED/MTE apresenta os resultados de todas as empresas que realizaram contratação/desligamento de empregados formais no período pesquisado, tendo, assim, cobertura censitária, enquanto a PIMES/IBGE tem cobertura amostral, incluindo empresas com cinco funcionários ou mais. Assim, podem ser encontradas tendências divergentes nas duas fontes de dados utilizadas, principalmente em setores com predomínio de pequenas e médias empresas.

Tabela 6 - Criação Líquida de Vagas na Indústria Brasileira: Indústria Extrativa e Indústria de Transformação (1º sem. de 2009 - 1º sem. de 2011)

	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Total da Indústria
2009	3.480	3.651	7.131
2010	18.460	459.331	477.791
1o. Sem 2010	9.695	375.631	385.326
1o. Sem 2011	12.055	232.954	245.009
1o sem 2011/1o sem 2010 (%)	24,3	(38,0)	(36,4)

Fonte: CAGED/MTE.

A análise do comportamento da massa de salários em associação com a evolução do emprego mostra que os postos de trabalho gerados, em geral, remuneraram pior que os postos de trabalho destruídos. Em 2009, apesar da crise, houve geração de empregos na indústria brasileira. No entanto, houve perda de R\$ 530 milhões de massa salarial (Tabela 7). Esse fato deixa evidente que grande parte das empresas adotou a estratégia de demitir funcionários com salários mais elevados para contratar trabalhadores com salários relativamente mais baratos como uma medida de resposta à crise. Mesmo em 2010, com a recuperação, o crescimento da massa de salários frente ao estoque do ano anterior foi de apenas 2,6% na indústria extrativa e de 1,0% na indústria de transformação, valores significativamente menores do que os 9% e 7% apresentados, respectivamente, pela geração de empregos.

Da mesma maneira, a desaceleração da atividade industrial brasileira no primeiro semestre de 2011 é sentida mais fortemente na massa de salários do que no nível de emprego. Enquanto houve uma contração de 36% na geração de emprego

industrial na primeira metade de 2011 em relação a igual período de 2010, a redução chegou a 51% na massa salarial na indústria brasileira.

Observa-se, também, uma grande diferença entre a indústria extrativa e a de transformação quanto ao comportamento da massa salarial no primeiro semestre de 2011 (Tabela 7). No primeiro caso, houve um crescimento de 70% em relação a igual período de 2010, enquanto no segundo ocorreu uma retração de quase 60%, causando o encolhimento da massa salarial total da indústria brasileira devido ao peso muito maior da indústria de transformação.

Analisando a evolução do emprego por setor industrial, percebe-se que, na maioria dos setores, o comportamento é semelhante ao observado para o total da indústria de transformação, ou seja, perda líquida de vagas no primeiro semestre de 2009, recuperação acelerada no primeiro semestre de 2010 e desaceleração na primeira metade de 2011 (Tabela 8). Os setores da indústria extrativa não apresentaram tal desaceleração em 2011. Contudo, alguns setores da indústria de transformação que mostraram comportamento diferente

Tabela 7 - Geração Líquida de Massa Salarial* na Indústria Brasileira: Indústria Extrativa e Indústria de Transformação (2009-1º sem. de 2011) (em R\$)

	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Total da Indústria
2009	(6.199.396)	(524.009.541)	(530.208.937)
2010	23.465.058	102.285.352	125.750.410
1o. Sem 2010	10.828.773	170.255.558	181.084.332
1o. Sem 2011	18.495.353	69.698.629	88.193.982
1o sem 2011/1o sem 2010 (%)	70,8	(59,1)	(51,3)

* Valores constantes de 2010. Deflator utilizado: IPCA.

Fonte: CAGED/MTE.

Tabela 8 - Brasil: Criação Líquida de Vagas por Setor Industrial
(1º sem. de 2009 - 1º sem. de 2011)

Setores	1o. Sem 2009	1o. Sem 2010	1o. Sem 2011
Extração de Carvão Mineral	(71)	(9)	27
Extração de Petróleo e Gás Natural	247	(372)	704
Extração de Minerais Metálicos	(1.422)	5.887	6.178
Extração de Minerais Não-Metálicos	(404)	3.346	3.474
Atividades de Apoio à Extração de Minerais	741	843	1.672
Fabricação de Produtos Alimentícios	(4.228)	16.423	29.885
Fabricação de Bebidas	(2.910)	956	(1.126)
Fabricação de Produtos do Fumo	13.103	12.438	14.904
Fabricação de Produtos Têxteis	(5.216)	15.567	1.239
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	255	34.430	13.138
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	5.639	41.031	14.582
Fabricação de Produtos de Madeira	(9.352)	7.946	(390)
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	(3.312)	4.667	2.522
Impressão e Reprodução de Gravações	(1.703)	2.802	962
Fabricação de Coque, de Prod. Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	28.956	23.025	26.341
Fabricação de Produtos Químicos	(1.747)	8.249	4.012
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	1.304	3.947	3.570
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	(11.716)	23.941	8.581
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	(8.478)	17.445	13.718
Metalurgia	(29.593)	17.617	9.502
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	(24.340)	34.547	16.936
Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	(12.224)	11.702	10.440
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	(8.284)	11.916	6.728
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	(25.818)	19.615	14.124
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	(32.957)	35.537	20.389
Fabricação de Outros Equip. de Transporte, Exceto Veículos Automotores	(5.054)	4.385	3.071
Fabricação de Móveis	(3.681)	10.971	6.606
Fabricação de Produtos Diversos	285	8.694	6.239
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	(2.203)	7.780	6.981

Fonte: CAGED/MTE.

da média demandam uma atenção especial.

O primeiro destaque é a indústria de alimentos, que gerou quase duas vezes mais empregos nos seis primeiros meses de 2011 em relação a igual período de 2010 (quase 30 mil contra 16 mil). O segundo setor com comportamento diferente da média é o de fabricação de produtos de fumo, que gerou um número semelhante de vagas na primeira metade dos últimos três anos. De maneira aná-

loga, o setor de produtos derivados de petróleo e biocombustíveis também apresentou aumento do emprego no primeiro semestre de 2009, mesmo com a crise, elevação ligeiramente menor no mesmo período de 2010 e aceleração de criação de emprego na primeira metade de 2011, também se diferenciando dos demais setores industriais. O último setor que merece menção é o de fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos,

pois gerou empregos mesmo no auge da crise e manteve importante criação de vagas na primeira metade de 2010 e de 2011. Mesmo sendo um setor que não emprega em grande escala, destaca-se o fato de ter sustentado um movimento recente de criação de emprego por sua importância tecnológica e inovativa.

Em suma, o Brasil vem apresentando um padrão significativamente diferente dos países avançados em termos de geração de empregos na indústria. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos manteve-se uma tendência de queda do número de postos de trabalho na indústria de transformação, no Brasil verificou-se aumento do emprego industrial. No entanto, a expansão do emprego na indústria de transformação brasileira vem desacelerando em 2011, seguindo a tendência observada para a produção física. No caso específico da indústria extrativa, não foi observada essa desaceleração nos primeiros meses de 2011. Sobre a evolução da massa salarial da indústria brasileira, observou-se uma superior perda de dinamismo se comparada à desaceleração na geração de empregos industriais, indicando que os empregos gerados têm mantido, em geral, pior remuneração do que os postos de trabalho destruídos.

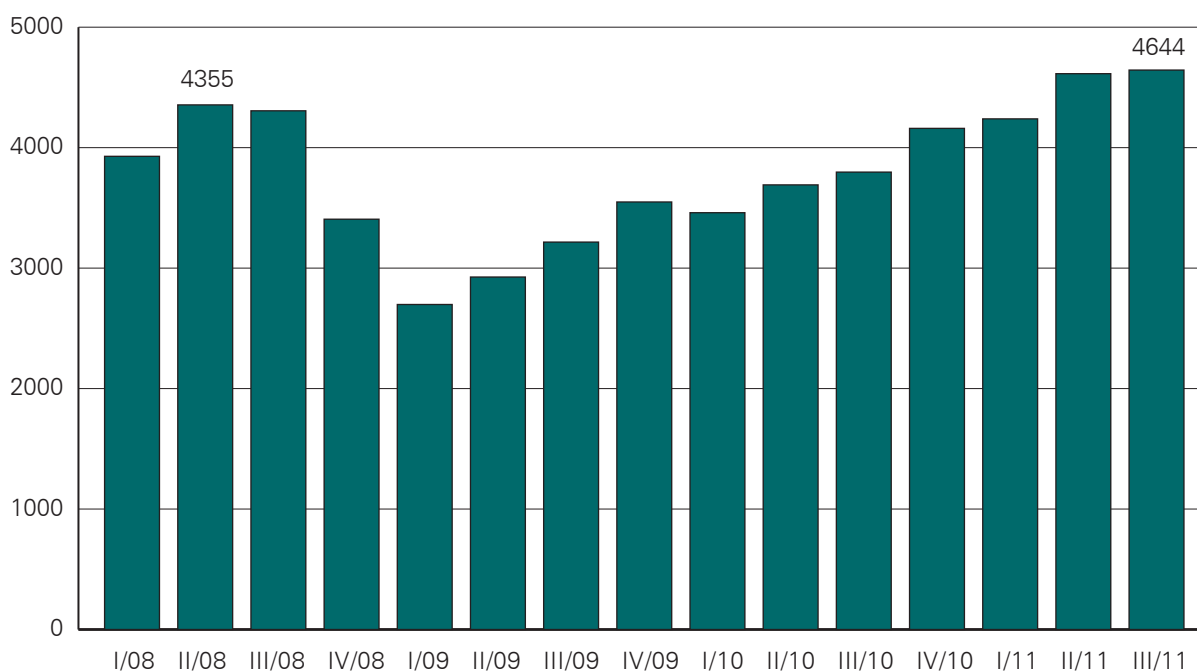
3. EVOLUÇÃO RECENTE DOS FLUXOS DE COMÉRCIO

Esta seção tem como objetivo analisar os fluxos de comércio brasileiro, com ênfase na evolução recente das exportações e importações da indústria, considerando o período de recuperação dos fluxos observado após a crise.

Os dados sobre o comércio mundial indicam uma queda de mais de 30% entre o auge do comércio mundial observado no segundo trimestre de 2008 e o período de maior retração nos fluxos de exportação observados no primeiro trimestre de 2009. A partir daí, verifica-se uma tendência de retomada, que, no entanto, somente levará a valores superiores aos observados no segundo trimestre de 2008 três anos depois, no segundo trimestre de 2011. Os últimos dados disponíveis mostram que as exportações mundiais atingiram US\$ 4,6 trilhões no terceiro trimestre de 2011 (Gráfico 9).

Embora a recuperação dos fluxos de exportações mundiais tenha sido generalizada, é interessante notar algumas mudanças na participação das diferentes regiões no total exportado (Tabela 9). A Europa foi a região que mais perdeu participação, passando de 40,7% para 36,7%, considerando os fluxos acumulados de janeiro a setembro de 2008 e 2011, respectivamente. Por outro lado, a Ásia (exclusive China) foi a principal região que ganhou participação, passando de 20,3% para 22,6% no período analisado. A China individualmente também apresentou ganho relevante, passando de 8,5% para 10,3% no mesmo período. Esses dados revelam a estratégia ainda mais agressiva de busca de mercado externo implementada pelos países asiáticos no período posterior à crise. A América do Sul e Central au-

Gráfico 9 - Evolução das Exportações Mundiais (I/2008 a III/2011) (em US\$ bilhões)



Fonte: World Trade Organization (WTO).

Tabela 9 - Participação Relativa nos Fluxos Mundiais de Exportação por Região
(2008 e 2011) (valores acumulados de janeiro a setembro) (em %)

Região/País	2008	2011
América do Norte	12,5	12,5
América do Sul e Central	3,8	4,1
Brasil	1,2	1,4
Europa	40,7	36,7
CIS	4,4	4,2
Ásia - China	20,3	22,6
China	8,5	10,3
Outros	9,7	9,5

Fonte: World Trade Organization (WTO).

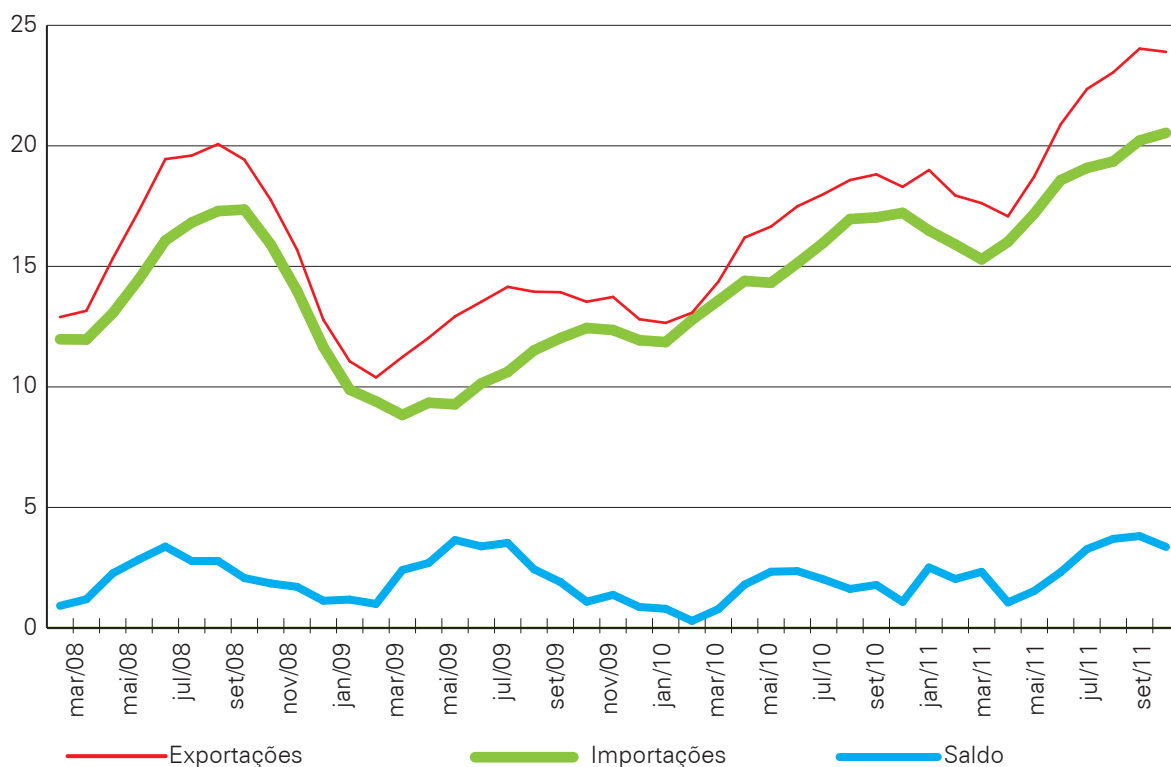
mentou marginalmente sua participação, em especial pela recuperação dos preços das *commodities* verificada no mercado mundial, enquanto a América do Norte permaneceu estável.

O Brasil apresentou desempenho um pouco acima da média mundial no período, aumentando sua participação de 1,2% das exportações mundiais em 2008 para 1,4% em 2011 (Gráfico 10).

Tanto as exportações quanto as importações brasileiras apresentaram tendência similar, seguindo o movimento mundial de recuperação a partir do início de 2009 e de recuperação dos patamares pré-crise no início de 2011.

Embora as exportações e importações brasileiras tenham apresentado tendência similar, a evolução da composição dos dois grupos foi

Gráfico 10 - Comércio Exterior Brasileiro
(mar/2008 a set/2011)* (em US\$ bilhões)



(*) Média móvel trimestral.
Fonte: SECEX.

Tabela 10 - Exportações e Importações Brasileiras
(2008-2011) (valores acumulados de janeiro a setembro)

		Valor (US\$ milhões)				Participação Relativa (%)			
		2008	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011
Exportações	Total	150.860	111.798	144.929	190.000	100	100	100	100
Classe de produtos	Básicos	55.931	47.379	64.729	90.975	37	42	45	48
	Semimanufaturados	20.700	14.321	19.868	26.880	14	13	14	14
	Manufaturados	70.233	47.791	57.260	68.107	47	43	40	36
Importações	Total	131.233	90.570	132.190	166.925	100	100	100	100
Categorias de uso	Bens de capital	18.489	15.829	21.533	25.713	14	17	16	15
	Bens intermediários	75.390	51.039	73.674	90.872	57	56	56	54
	Bens de consumo	13.159	12.209	17.542	23.312	10	13	13	14
	duráveis	5.727	5.075	8.123	11.128	4	6	6	7
	não duráveis	7.432	7.134	9.420	12.184	6	8	7	7
	Combustível	24.195	11.493	19.440	26.822	18	13	15	16

Fonte: FUNCEX a partir de dados da SECEX.

bem diferente. No caso das exportações, a maior parte da elevação esteve associada aos produtos básicos, que, por conta da retomada rápida do crescimento da região asiática, passaram por um processo de recuperação de preços também bastante veloz (Tabela 10). Dessa forma, a participação relativa deste grupo na pauta de exportações brasileira, que era de 37% em 2008, passou para 48% em 2011. Por outro lado, os produtos manufaturados apresentaram, em 2011, um valor exportado ainda menor do que o verificado em 2008, o que significou uma queda de participação relativa de 47% para 36% em 2011. Os semimanufaturados mantiveram sua participação estável em 14%.

No caso das importações, o grupo que ganhou importância relativa foi o de bens de consumo, em especial os duráveis, que passaram de 4% para 7% do total importado no período (Tabela 10). Agregando os bens não duráveis, o total de bens de consumo passou a representar 14% da pauta de importações brasileira. Os bens intermediários, por sua vez, tiveram sua participação reduzida de 57% para 54%, ao passo que os bens de capital apresentaram um pequeno aumento, representando 15% em 2011.

Além da concentração nos produtos básicos, a elevação das exportações também esteve concentrada em alguns setores de atividade. Os pro-

ductos associados à extração de minerais metálicos apresentaram crescimento superior a 130% entre 2008 e 2011 (dados acumulados de janeiro a setembro), contribuindo com mais da metade do crescimento total das exportações brasileiras no período. Outro setor extrativo importante foi o de petróleo, que apresentou aumento de 59,2% no período e contribuiu com 16,2% do crescimento total. Os produtos associados ao setor de agricultura e pecuária também mantiveram contribuição relevante, representando 23,8% da variação total. Ou seja, grande parte do crescimento das exportações brasileiras no período pós-crise esteve associado à evolução favorável das exportações de *commodities* relacionadas à indústria extrativa ou ao setor agrícola. Mesmo dentro da indústria de transformação, a maior parte da contribuição ao crescimento veio do setor de alimentos (21,7%). Nos demais setores da indústria de transformação, o crescimento das exportações foi negativo ou alcançou taxas modestas, com pequena contribuição para a variação total das exportações entre 2008 e 2011, fato que reflete as dificuldades encontradas pela indústria de transformação no comércio internacional (Tabela 11).

No caso das importações, observa-se um aumento mais generalizado do volume importado. Além disso, os setores de *commodities* e inten-

Tabela 11 - Exportações Brasileiras por Setor de Atividade
(2008 a 2011) (valores acumulados de janeiro a setembro)

Setores	Valor (US\$ milhões)				Variação (%)		Contribuição à variação (%)
	2008	2009	2010	2011	2011-2010	2011-2008	2011-2008
Agricultura e pecuária	16.687	17.703	18.139	25.320	39,6	51,7	23,8
Silvicultura e exploração florestal	91	55	94	121	28,2	33,1	0,1
Pesca e aquicultura	28	25	21	15	(27,3)	(45,9)	(0,0)
Extr. de carvão mineral	1	0	0	0	(13,6)	(70,3)	(0,0)
Extr. de petróleo	9.940	6.193	11.428	15.829	38,5	59,2	16,2
Extr. de minerais metálicos	14.018	10.756	20.625	32.360	56,9	130,8	50,6
Extr. de minerais não-metálicos	579	434	540	607	12,5	4,9	0,1
Prod. alimentícios e bebidas	25.502	22.666	27.722	33.369	20,4	30,8	21,7
Prod. do fumo	48	40	42	41	(1,4)	(14,7)	(0,0)
Prod. têxteis	1.415	1.116	1.324	1.559	17,8	10,2	0,4
Artigos do vestuário e acessórios	211	133	154	161	4,6	(23,7)	(0,1)
Couros seus artefatos e calçados	3.178	1.955	2.610	2.731	4,6	(14,1)	(1,2)
Produtos de madeira	2.215	1.233	1.431	1.422	(0,6)	(35,8)	(2,2)
Celulose e papel	4.438	3.550	4.944	5.389	9,0	21,4	2,6
Edição e impressão	91	63	62	74	18,9	(18,5)	(0,0)
Refino de petróleo e combustíveis	6.039	3.257	3.317	4.625	39,4	(23,4)	(3,9)
Produtos químicos	7.561	6.334	8.081	10.007	23,8	32,3	6,7
Borracha e plástico	2.215	1.680	2.108	2.529	19,9	14,2	0,9
Prod. de minerais não-metálicos	1.536	1.029	1.272	1.292	1,6	(15,9)	(0,7)
Metalurgia básica	16.101	9.645	11.328	16.651	47,0	3,4	1,5
Produtos de metal	1.606	1.268	1.294	1.484	14,6	(7,6)	(0,3)
Máq.e equipamentos	7.695	4.650	6.108	7.862	28,7	2,2	0,5
Máq. para escritório e de informática	252	195	251	287	14,3	13,9	0,1
Máq. e materiais elétricos	2.925	2.203	2.332	2.573	10,3	(12,1)	(1,0)
Material eletrônico e de comunicações	2.180	1.513	1.322	1.074	(18,8)	(50,8)	(3,1)
Equipamento médico-hospitalares	642	518	618	755	22,3	17,7	0,3
Veículos automotores	11.817	6.438	9.903	11.396	15,1	(3,6)	(1,2)
Outros equipamentos de transporte	6.581	3.937	3.977	5.207	30,9	(20,9)	(3,8)
Móveis e indústrias diversas	1.243	863	976	1.048	7,4	(15,6)	(0,5)
Total	146.835	111.798	144.929	190.000	31,1	29,4	119,0

Fonte: FUNCEX a partir de dados da SECEX.

sivos em recursos naturais mantêm menor peso e responderam por uma pequena parcela do crescimento das importações. Entre os setores industriais, destacou-se o automotivo, que res-

pondeu por 16,8% da variação total das importações entre 2008 e 2011, seguido pelos setores de refino de petróleo, máquinas e equipamentos e produtos químicos (Tabela 12).

Tabela 12 - Importações Brasileiras por Setor de Atividade
(2008 a 2011) (valores acumulados de janeiro a setembro)

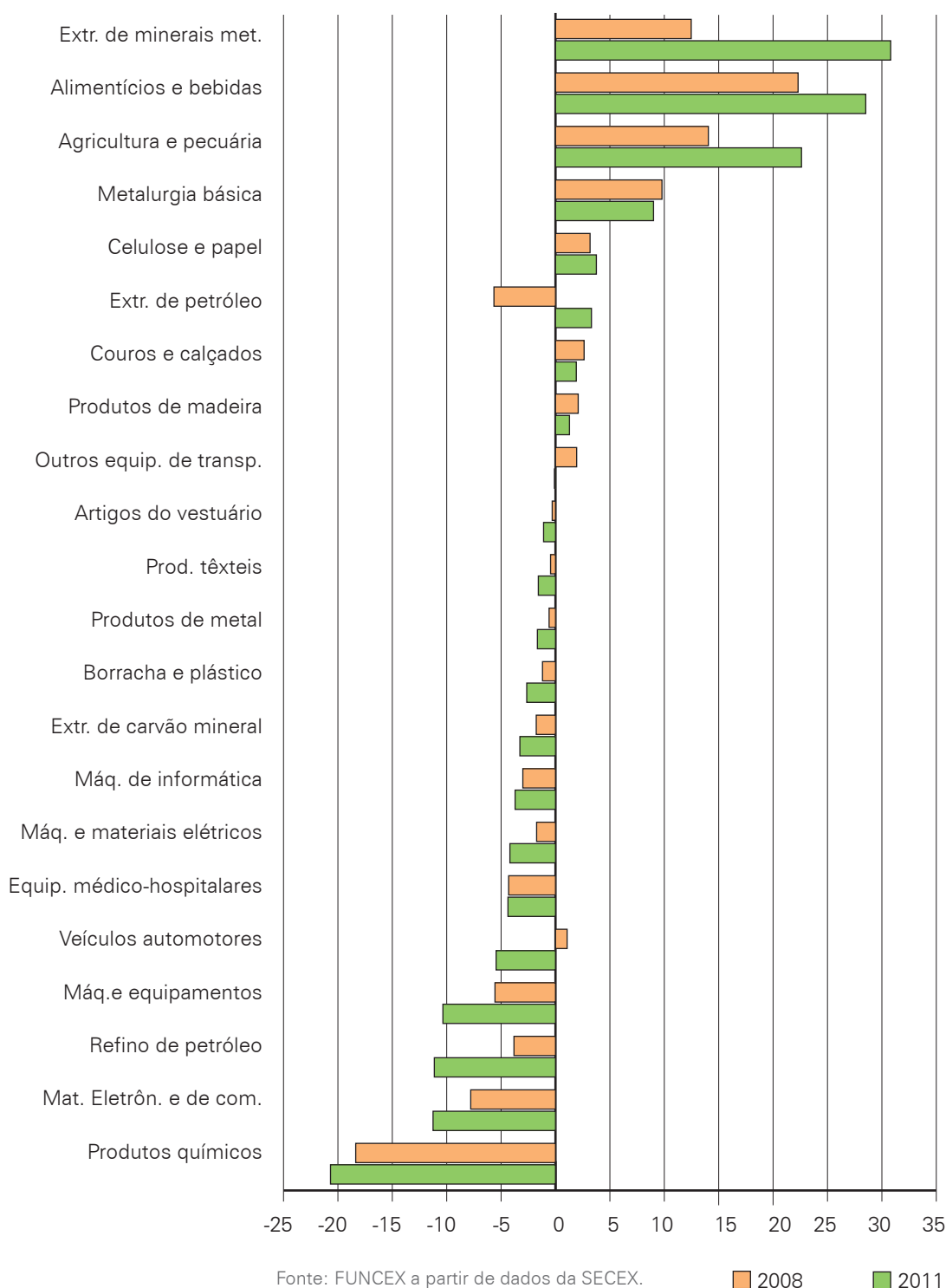
Setores	Valor (US\$ milhões)				Variação (%)		Contribuição à variação (%)
	2008	2009	2010	2011	2011-2010	2011-2008	2011-2008
Agricultura e pecuária	2.636	1.836	2.285	2.708	18,5	2,7	0,2
Silvicultura e exploração florestal	56	34	63	88	39,9	56,8	0,1
Pesca e aquicultura	85	95	135	171	26,7	101,6	0,2
Extr. de carvão mineral	1.771	1.538	2.342	3.273	39,7	84,8	4,1
Extr. de petróleo	15.597	7.796	9.641	12.525	29,9	(19,7)	(8,5)
Extr. de minerais metálicos	1.544	699	1.219	1.552	27,4	0,5	0,0
Extr. de minerais não-metálicos	368	159	243	358	47,4	(2,8)	0,0
Prod. alimentícios e bebidas	3.205	3.009	3.759	4.852	29,1	51,4	4,5
Prod. do fumo	4	2	4	4	0,2	12,5	0,0
Prod. têxteis	1.867	1.510	2.336	3.137	34,3	68,0	3,5
Artigos do vestuário e acessórios	514	581	768	1.257	63,7	144,6	2,0
Couros seus artefatos e calçados	549	453	578	820	41,9	49,5	0,7
Produtos de madeira	128	88	98	137	39,8	6,9	0,0
Celulose e papel	1.260	960	1.368	1.631	19,2	29,5	1,0
Edição e impressão	153	123	145	177	22,0	15,9	0,1
Refino de petróleo	9.855	4.170	10.822	15.763	45,7	60,0	16,3
Produtos químicos	25.924	18.356	23.804	30.688	28,9	18,4	13,1
Borracha e plástico	3.408	2.477	3.994	5.171	29,5	51,7	4,9
Prod. de minerais não-metálicos	872	692	1.085	1.576	45,2	80,7	1,9
Metalurgia básica	6.314	3.830	7.155	7.640	6,8	21,0	3,7
Produtos de metal	2.196	1.884	2.434	3.147	29,3	43,3	2,6
Máquinas e equipamentos	13.257	10.439	14.517	18.210	25,4	37,4	13,6
Máq. para escritório e de informática	3.254	2.249	3.613	4.001	10,7	23,0	2,1
Máq. e materiais elétricos	4.660	3.806	5.795	6.764	16,7	45,1	5,8
Material eletrônico e de comunicações	9.972	6.480	10.026	12.329	23,0	23,6	6,5
Equipamentos médico-hospitalares	4.949	3.759	4.869	5.124	5,2	3,5	0,5
Veículos automotores	10.749	8.365	13.535	16.855	24,5	56,8	16,8
Outros equipamentos de transporte	4.636	4.012	4.456	5.304	19,0	14,4	1,8
Móveis e indústrias diversas	861	745	1.065	1.408	32,2	63,4	1,5
Total	130.642	90.541	132.190	166.925	26,3	27,8	100,0

Fonte: FUNCEX a partir de dados da SECEX.

De maneira geral, é possível afirmar que, no período pós-crise, acentuou-se a dependência do crescimento das exportações brasileiras das *commodities* primárias, ao passo que os produtos manufaturados, além de terem dificuldades para conquistar mercados externos, também sofreram bastante com a concorrência das importações. Tal fato resultou em saldos comerciais setoriais em 2011 que aprofundaram os resultados já observados em 2008, isto é, aqueles

que já eram superavitários se tornaram mais superavitários e os que eram deficitários se tornaram mais deficitários (Gráfico 11). Dois setores contrariaram essa tendência: o automotivo e o de extração do petróleo. O primeiro era superavitário em 2008 e passou a ser deficitário a partir de 2009, chegando a atingir um déficit de mais de US\$ 5 bilhões em 2011. O segundo passou a apresentar saldo positivo em 2011, enquanto era deficitário em 2008.

Gráfico 11 - Saldos Comerciais Setoriais (2008 e 2011)
(valores acumulados de janeiro a setembro) (em US\$ bilhões)



Esses resultados acabaram por elevar crescentemente o déficit comercial da indústria de transformação, refletindo o ambiente externo mais desfavorável, além dos impactos associados ao câmbio. Considerando o acumulado entre janeiro e setembro, o déficit comercial da indústria de transformação atingiu US\$ 25 bilhões em 2010 e quase US\$ 35 bilhões em 2011 (Gráfico 12).

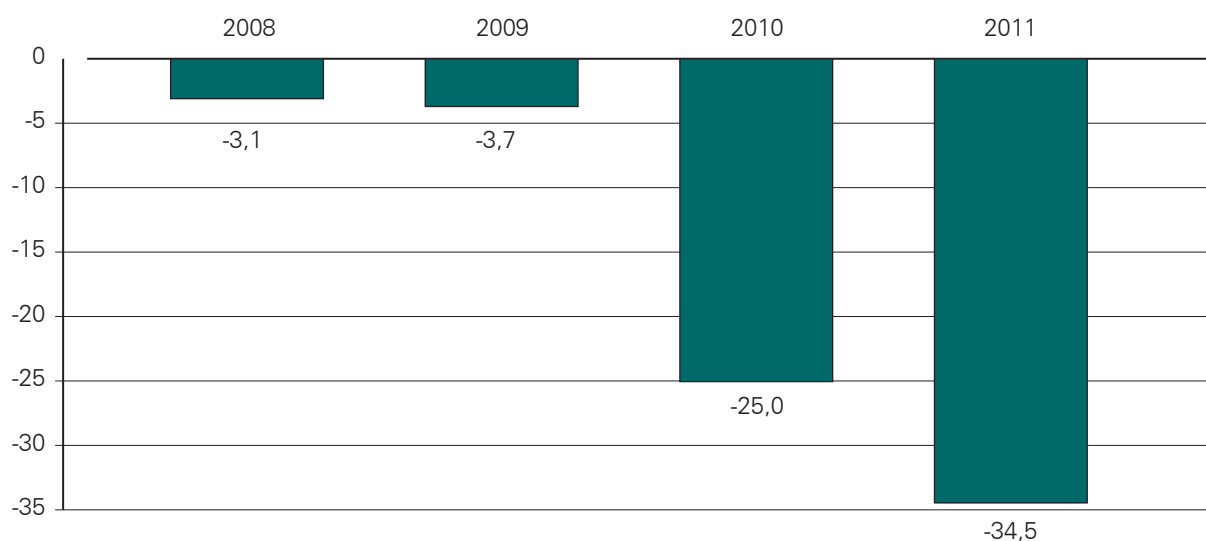
Como foi destacado na seção 2, o volume importado e a produção industrial cresciam a taxas elevadas no período anterior à crise internacional. Contudo, em período posterior, sobretudo a partir do final de 2010, a produção industrial passou a ficar estagnada enquanto o volume importado continuava crescendo em contexto de demanda interna ainda relativamente aquecida. Isto pode ser observado na evolução do índice de vendas no varejo acompanhada pela elevação do quantum importado (Gráfico 13).

Os resultados desse fenômeno podem ser avaliados a partir da observação dos coeficientes de importação da indústria (importação em relação ao consumo aparente) (Gráfico 14). Os coeficientes continuam apresentando tendência de crescimento, mesmo depois do período de recuperação mais acelerada da indústria, quando ela passou a apresentar taxas de crescimento mais modestas. A partir do segundo trimestre de 2010 até o terceiro trimestre de 2011, a comparação

com os mesmos trimestres do ano anterior mostrou sempre valores maiores.

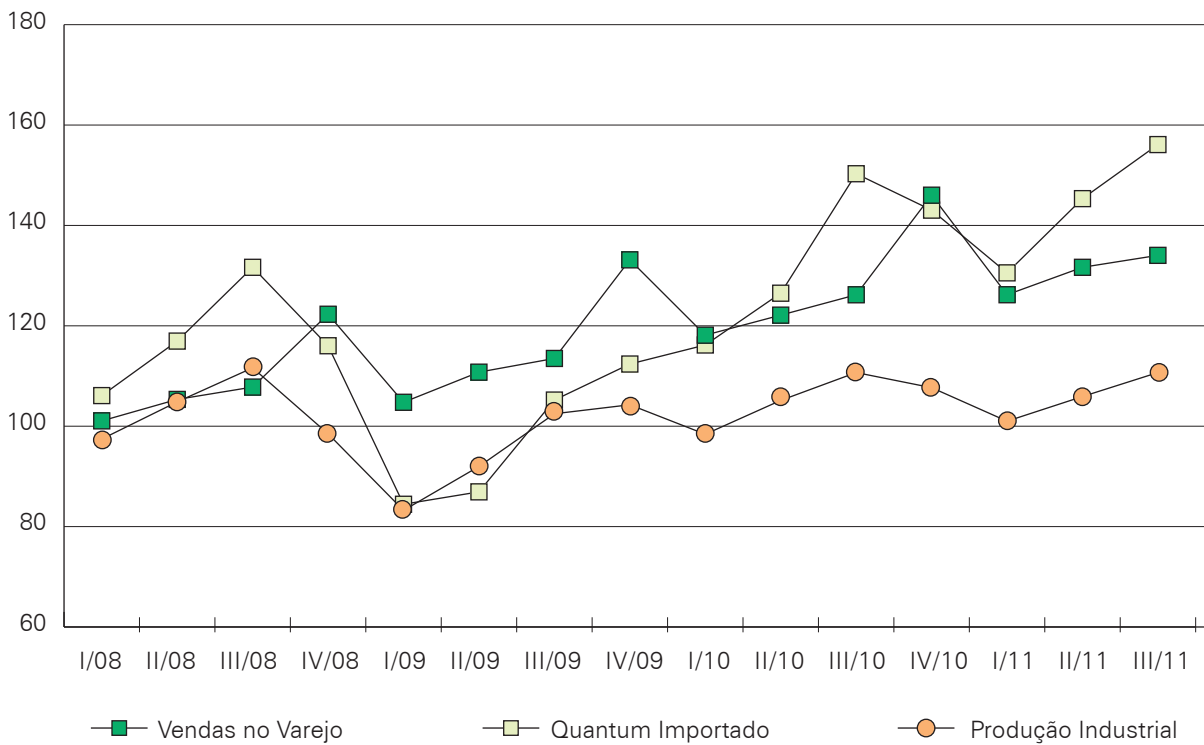
Em um contexto de possível reaquecimento da demanda interna brasileira nos próximos períodos, tanto por conta de uma política monetária mais adequada ao cenário de crise internacional prolongada quanto por conta dos investimentos que devem acontecer nos próximos anos (ver a próxima seção), o conjunto de informações analisadas torna-se preocupante, pois aponta para o risco de transbordamento de uma parte importante dessa demanda para o exterior.

Gráfico 12 - Saldo Comercial da Indústria de Transformação* Brasileira (2008 a 2011) (valores acumulados de janeiro a setembro) (em US\$ bilhões)



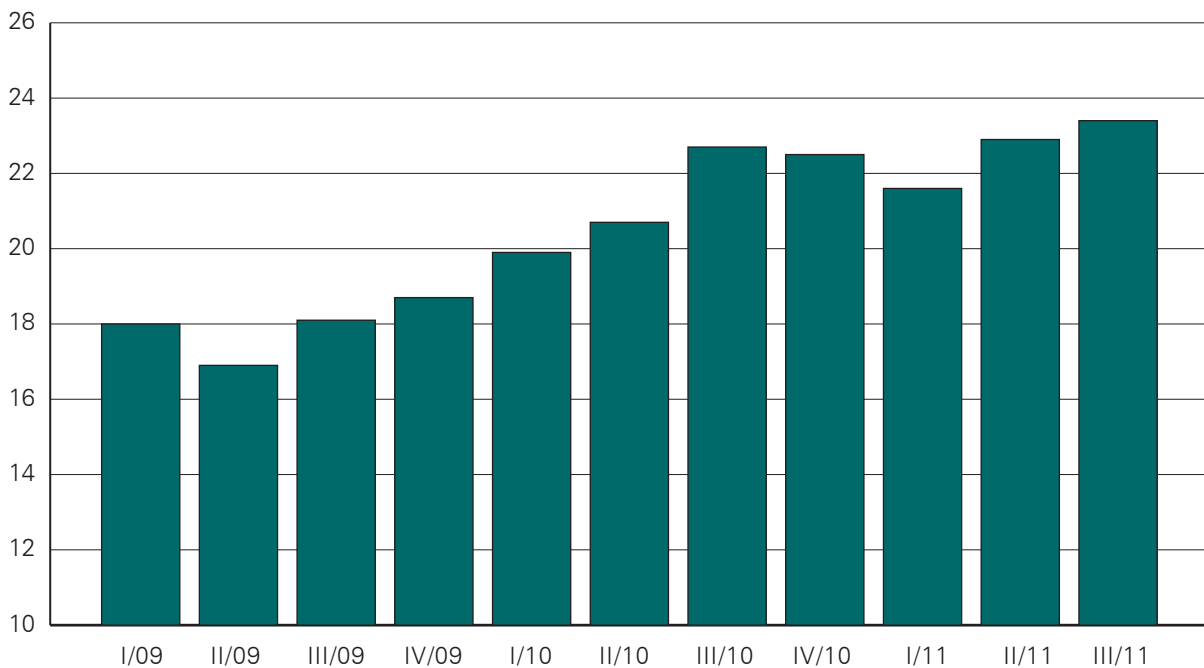
(*) Setores CNAE 1.0, 15 a 36.
Fonte: FUNCEX a partir de dados da SECEX.

Gráfico 13 - Índices de Vendas no Varejo, Quantum Importado e Produção Física Industrial (I/2008 a III/2011) (média 2007 = 100)



Fonte: FUNCEX a partir de dados da SECEX.

Gráfico 14 - Coeficientes de Importação da Indústria Brasileira (I/2009 a III/2011) (em %)



Fonte: FIESP.

4. EVOLUÇÃO RECENTE DOS INVESTIMENTOS NO BRASIL

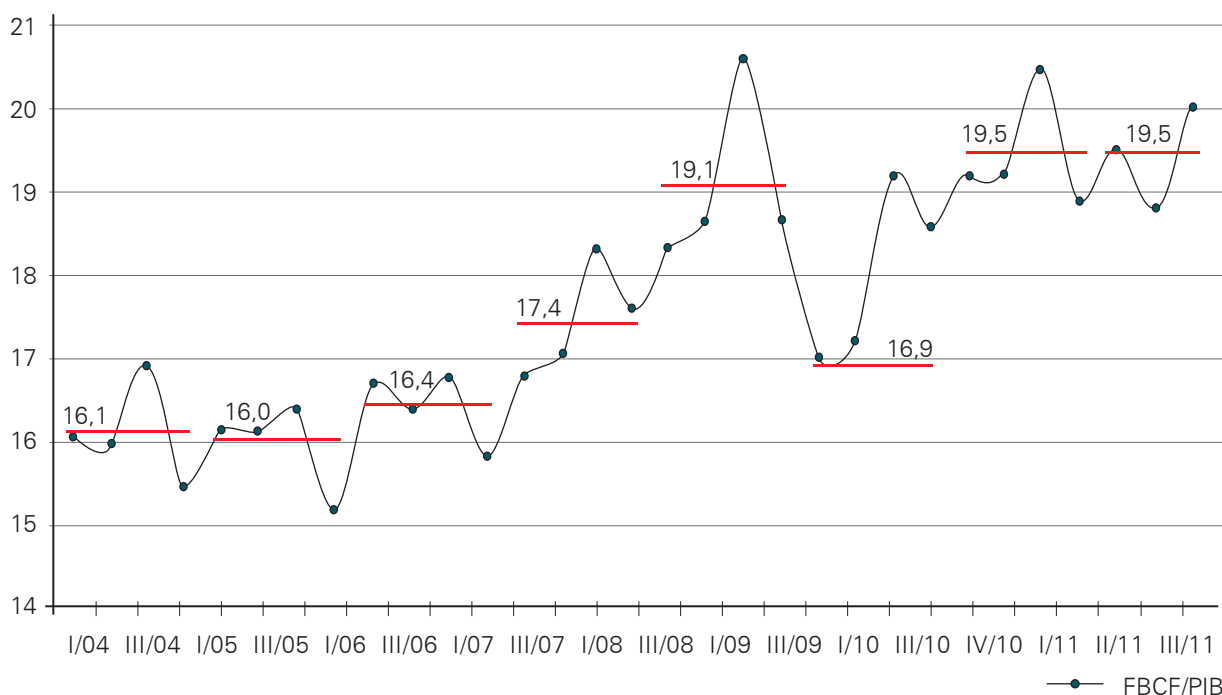
Esta seção procura analisar o desempenho recente do investimento produtivo no Brasil. A perda de dinamismo da indústria brasileira face à contração da demanda e o acirramento da competição internacional certamente terá impactos no investimento industrial no curto prazo – podendo desencadear uma tendência negativa para os segmentos mais afetados, o que é preocupante. Por outro lado, o avanço das obras de infraestrutura, da construção habitacional e das inversões no setor de energia, que contam, inclusive, com a elevação do dispêndio público, pode conter o retrocesso nos ganhos obtidos na formação bruta de capital físico brasileira nos últimos anos.

Analisando o comportamento dos investimentos produtivos no Brasil durante as últimas déca-

das, o ano de 2011 representa parte de um longo ciclo de retomada dos investimentos a níveis não observados durante grande parte da década de 1990 e 2000. Mais precisamente, somente no período anterior à crise internacional a taxa de investimento recuperou os patamares anteriores ao Plano Real, caracterizando a segunda metade da década de 2000 como um período de crescimento significativo da taxa de investimento da economia brasileira (Gráfico 15).

Em que pese o nível ainda baixo da taxa de investimento brasileira quando comparada a outras economias industrializadas, seu crescimento nos últimos anos reduziu consideravelmente a distância entre o Brasil e a média dos países em desenvolvimento.

Gráfico 15 - Taxa de Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo/PIB) (I/2004 a III/2011) (em %)



Nota: Os dados incorporam a revisão recente da série histórica realizada e divulgada pelo IBGE. Portanto, podem divergir dos dados apresentados por outras instituições. Dados do 3o trimestre de 2011 são preliminares.
 Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN) / IBGE.

Observando-se a taxa de investimento desde os anos 90 do século passado, percebe-se que ela não somente apresenta um comportamento altamente volátil como também oscila em níveis que podem ser considerados baixos para os padrões internacionais. Sua oscilação, em ambas as décadas, esteve fortemente associada aos movimentos da política monetária, que ora refletiu as incertezas no cenário internacional ora as pressões inflacionárias “internas”. Contudo, o ciclo de crescimento recente (2004 a 2008) reforça a impressão de que as respostas às mudanças na demanda doméstica têm sido determinantes para a formação bruta de capital fixo no Brasil.

Há mudanças significativas quanto ao perfil dos investimentos produtivos nas duas últimas décadas. A partir dos anos 2000, cresce de forma contínua a participação de máquinas, equipamentos e veículos no total da formação bruta de capital fixo (Gráfico 16). Mesmo considerando apenas a participação da construção na formação bruta de capital fixo, nota-se, após os anos 2000, um aumento da participação das construções relacionadas ao setor energético e à área de logística, mais estreitamente vinculadas ao crescimento industrial do que aqueles investimentos em teleco-

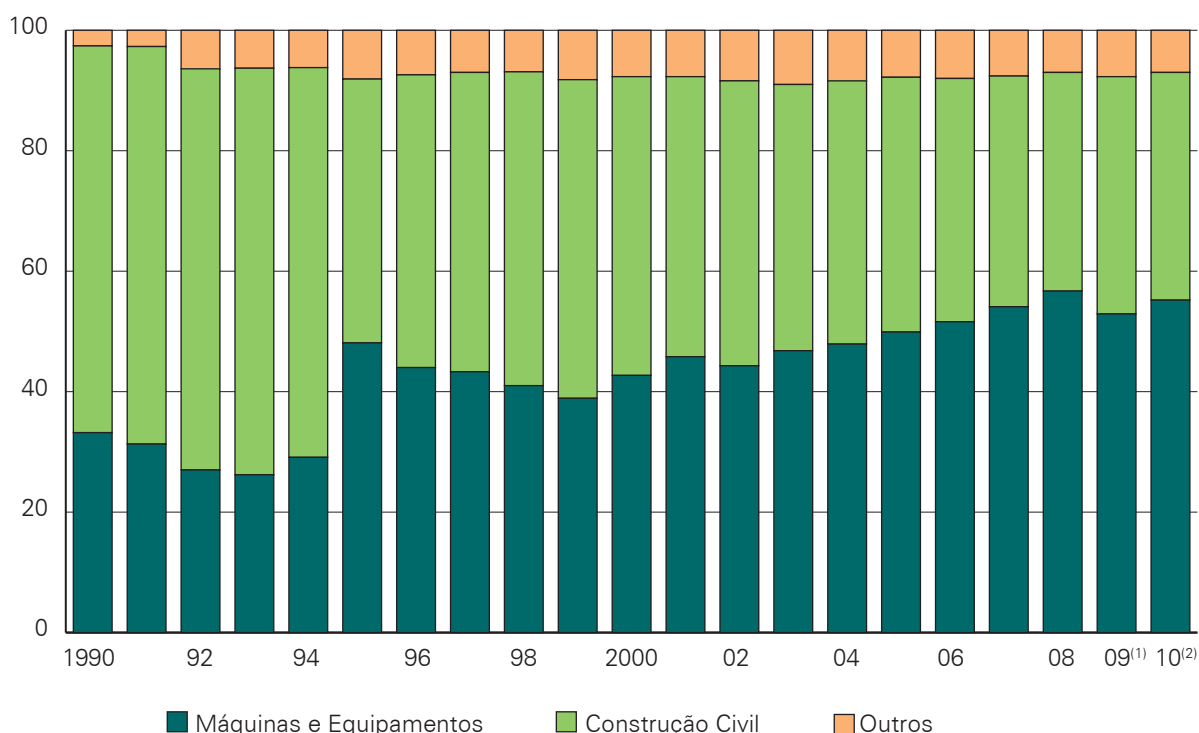
municações predominantes na década anterior⁵.

Outra mudança está relacionada à retomada do crescimento do investimento público. Neste caso, conta a retomada dos programas de investimentos públicos, como o PAC, e do crescimento dos planos de investimento das empresas públicas, sobretudo na área de energia. Como será discutido mais adiante, as mudanças do perfil dos investimentos produtivos podem garantir alguma sustentabilidade à taxa de investimentos apesar da conjuntura internacional desfavorável, principalmente quando levado em consideração o aumento da participação dos blocos de investimentos públicos e o comprometimento com sua continuidade independente da evolução futura da economia mundial

Na segunda metade da década de 2000, a taxa de investimento brasileira demonstrou tendência de crescimento robusto, apesar dos efeitos da crise. O próprio fato da crise mundial ter atingido a economia brasileira em um momento de alta dos investimentos contribuiu para uma rápida recuperação de sua tendência de crescimento a partir do final do ano seguinte, ainda que

5 Para maiores detalhes: Puga e Borça Jr. (2011).

Gráfico 16 - Brasil: Componentes da Formação Bruta de Capital Fixo (1990 a 2010) (em %)



(1) e (2) Resultados preliminares obtidos a partir das Contas Nacionais Trimestrais.
Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

em níveis médios mais baixos.

Entretanto, o desempenho da taxa de investimento no Brasil, quando comparado ao de outras economias, é bastante desfavorável (Tabela 13). Os resultados da economia brasileira são modestos até mesmo quando comparados aos dos países desenvolvidos, afetados de forma mais aguda pela crise. No grupo dos BRICS, o Brasil apresenta a menor taxa de investimento, e significativamente menor do que a da Índia e da China. A situação brasileira é mais próxima à do restante da América Latina, continente que apresentou taxas de investimento bem inferiores ao restante dos países em desenvolvimento, especialmente quando comparadas às apresentadas pelos países asiáticos.

Quando se compara o perfil dos investimentos, entretanto, verifica-se que a baixa taxa de investimento da economia brasileira aparentemente está relacionada ao fraco desempenho de

alguns componentes específicos da formação bruta de capital fixo, como a construção residencial (PUGA e BORÇA JR., 2011).

A recente elevação da participação de máquinas, equipamentos e veículos no total da formação bruta de capital fixo posicionou o Brasil dentro da média da OCDE, no que diz respeito apenas a este tipo de inversão – o que significa que, do ponto de vista da contribuição para a formação bruta de capital fixo, a indústria brasileira não vem apresentando taxas de investimento muito distantes da média mundial. Portanto, verifica-se que a distância entre a taxa de investimento brasileira e a do restante das economias industrializadas parece estar cada vez mais ligada ao baixo nível de investimento em construções, tanto residencial quanto de infraestrutura. Isto pode ser considerado como o principal desafio para a elevação da taxa de investimento brasileira, pelo menos a níveis mais próximos dos países em desenvolvimento.

Tabela 13 - Taxas de Investimento de Regiões e Países Selecionados (2000 a 2010) (%)

País - Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Brasil	18,25	18,03	16,20	15,77	17,12	16,21	16,76	18,33	20,69	16,51	17,40	17,39
Mundo	22,30	21,31	20,58	20,76	21,56	21,88	22,42	22,44	21,94	19,09	-	21,43
Países Desenvolvidos	22,01	20,83	19,94	19,90	20,51	20,88	21,33	21,22	20,48	17,33	-	20,44
Países em Desenvolvimento	22,52	22,58	22,75	23,83	24,80	24,61	25,56	26,60	27,41	25,15	26,77	24,78
Ásia em desenvolvimento	31,39	32,41	33,59	36,23	37,64	37,37	37,62	36,72	38,72	40,44	40,84	36,63
Estados Unidos	20,58	18,99	18,37	18,35	19,33	19,89	20,12	19,13	17,51	14,23	-	18,65
Reino Unido	17,66	17,46	17,08	16,73	17,06	17,05	17,52	18,20	16,69	13,61	-	16,91
União Europeia	21,29	20,45	19,47	19,41	19,69	19,88	20,67	21,38	20,86	17,90	-	20,10
Japão	25,44	24,75	23,07	22,85	23,04	23,57	23,79	23,69	23,64	20,51	-	23,44
China	35,12	36,27	37,87	41,20	43,26	42,10	42,97	41,74	44,05	47,61	45,15	41,58
Rússia	18,69	21,95	20,05	20,86	20,90	20,08	21,17	24,16	25,49	18,88	24,33	21,51
África do Sul	15,91	15,29	15,87	16,65	18,07	17,96	19,69	21,27	22,05	19,53	25,01	18,85
Índia	24,16	24,18	25,24	26,77	32,82	34,66	35,67	38,14	34,52	36,48	32,46	31,37
BRICS	22,43	23,14	23,04	24,25	26,44	26,20	27,25	28,73	29,36	27,80	28,87	26,14
América Latina e Caribe	19,93	18,97	17,65	18,22	20,09	20,15	21,54	22,28	23,52	20,04	19,75	20,19
Argentina	16,19	14,18	11,96	15,14	19,17	21,46	23,35	24,20	23,29	20,92	22,39	19,30
Chile	21,86	22,09	21,66	21,11	20,04	22,20	20,48	20,48	25,08	19,33	23,83	21,65
México	23,87	20,86	20,66	22,89	24,66	23,72	26,21	25,54	26,95	22,16	20,69	23,47
Paraguai	18,88	18,72	18,86	19,92	20,81	19,77	19,65	18,04	18,05	15,52	16,12	18,58
Uruguai	14,46	14,33	13,07	15,21	17,47	17,70	19,35	19,43	22,71	18,04	19,37	17,38

Fonte: Banco Mundial.

Mesmo comparando-se dados de 2005, ano em que os investimentos brasileiros ainda estavam consideravelmente abaixo da média atual, os gastos em máquinas e equipamentos sobre o PIB brasileiro estavam próximos à média mundial (Gráfico 17). Novamente, as principais divergências em relação ao grupo dos BRICS ficam por conta de China e Índia. Vale lembrar que, no caso da China, os elevados investimentos em infraestrutura urbana e residencial, associados ao rápido processo de urbanização do país, têm sido um dos vetores principais de seu desenvolvimento recente.

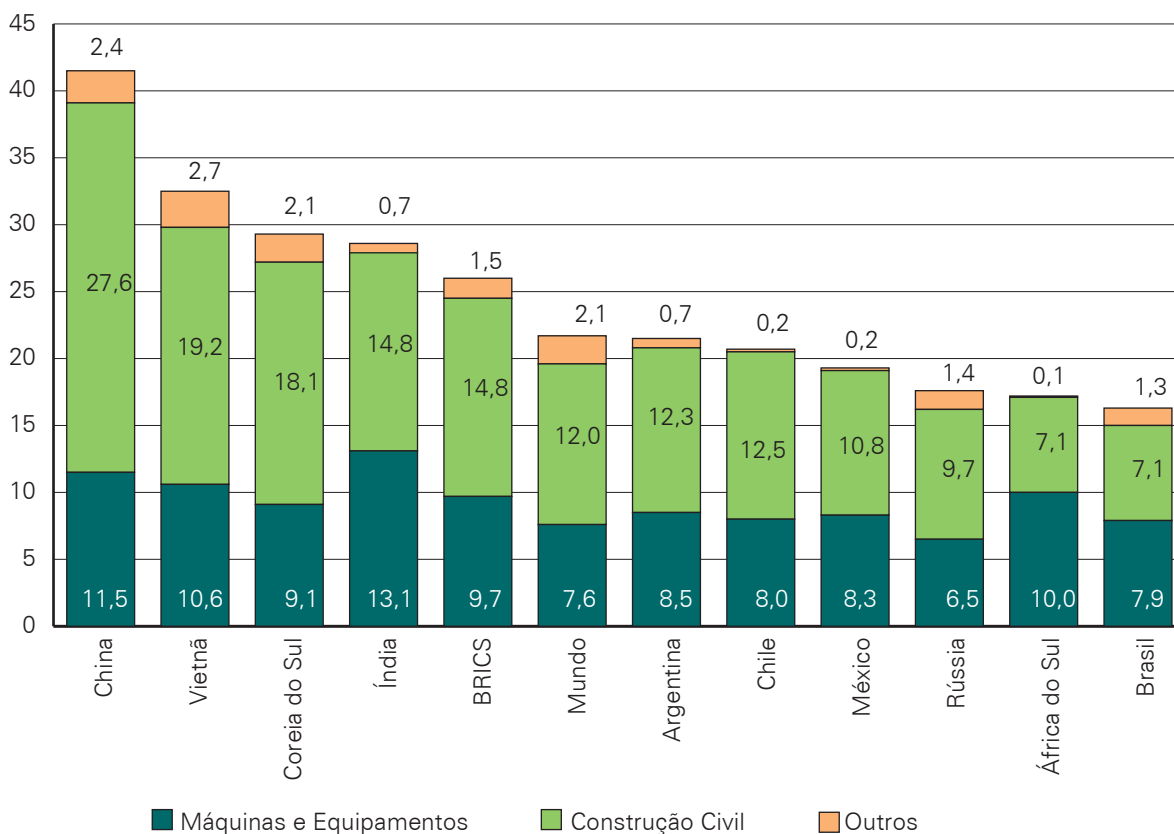
Com o crescimento recente da taxa de investimento brasileira, a participação de máquinas e equipamentos no total da formação bruta de capital fixo se aproximou um pouco mais da média dos BRICS. As perspectivas do governo brasileiro para 2014 é que os investimentos em máquinas e equipamentos atinjam 11% do PIB, nível próximo ao chinês e indiano, e bem acima da média mundial.

Algumas destas particularidades observadas a partir de uma análise mais detalhada da compo-

sição da formação bruta de capital fixo dificultam qualquer tentativa de prognóstico sobre o comportamento da taxa de investimento no médio prazo. Para o curto prazo, os dados analisados indicam uma retração na atividade econômica. Para o longo prazo, a existência de um conjunto de grandes investimentos pode compensar os efeitos da desaceleração da economia mundial através do crescimento da demanda interna.

A demanda interna e os investimentos públicos terão papel fundamental para reverter o aparente quadro de desaceleração. Após os impactos imediatos da crise internacional, a taxa de investimento brasileira recuperou a tendência de crescimento a partir da segunda metade de 2009. A recuperação alcançou o auge no terceiro trimestre de 2010, apresentando desde então níveis menores de crescimento. Embora a formação bruta de capital fixo ainda permaneça crescendo em relação ao ano anterior, sua proporção em relação ao PIB se reduziu nos dois últimos trimestres comparados aos mesmos trimestres do ano anterior, contribuindo para reforçar o diagnóstico de que a

Gráfico 17 - Comparação Internacional da Composição da Taxa de Investimento (2005) (em %)



Fonte: Banco Mundial apud BNDES (2011).

economia brasileira inicia um processo de redução do seu ritmo de crescimento.

O nível de utilização da capacidade instalada também vem se reduzindo desde o final de 2010, após sua recuperação pós-crise. Do mesmo modo, as expectativas do setor privado também apresentam sinais de deterioração, como vem demonstrando a queda contínua do índice de confiança do empresário industrial, medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), desde 2010 (Gráfico 18). O índice pode ser tomado como um indicativo das intenções de investimento no curto prazo. Como se observa no gráfico, as perspectivas são menos otimista em relação às condições atuais do que em relação às expectativas futuras.

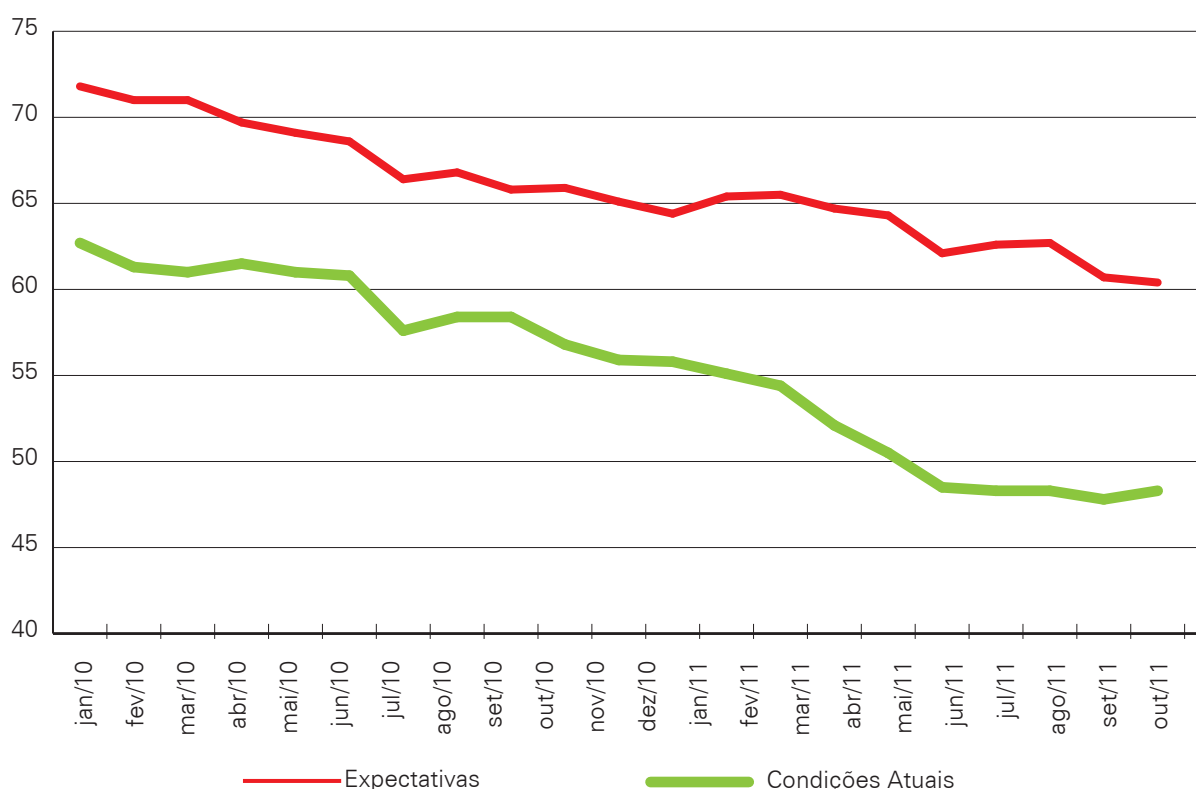
Tomados em conjunto, os dados indicam uma possível redução do ritmo dos investimentos no Brasil, acompanhando a desaceleração da economia brasileira no curto prazo. Vale notar que o principal responsável pela redução do crescimento, dentre os componentes da demanda agregada, é o aumento das importações, além de que o aumento da concorrência externa é um fator inibidor das intenções de investimento no curto prazo –

e preocupa em relação ao médio e longo prazo. De modo que, persistindo o cenário atual, a taxa de investimento terá dificuldades para atingir um crescimento mais vigoroso em futuro próximo.

Por outro lado, recordando que o principal hiato nos investimentos se localiza em infraestrutura e construções residenciais, a tendência recente de aumento dos investimentos nestas áreas pode servir para ampliar a demanda interna, possibilitando o incremento da taxa de investimento para os próximos anos. Neste caso, conta não só o aumento do investimento em áreas deficitárias como também a ampliação dos investimentos públicos (Gráfico 19), menos sujeitos às flutuações de curto prazo e que, portanto, tende a reduzir a volatilidade da taxa de investimento brasileira.

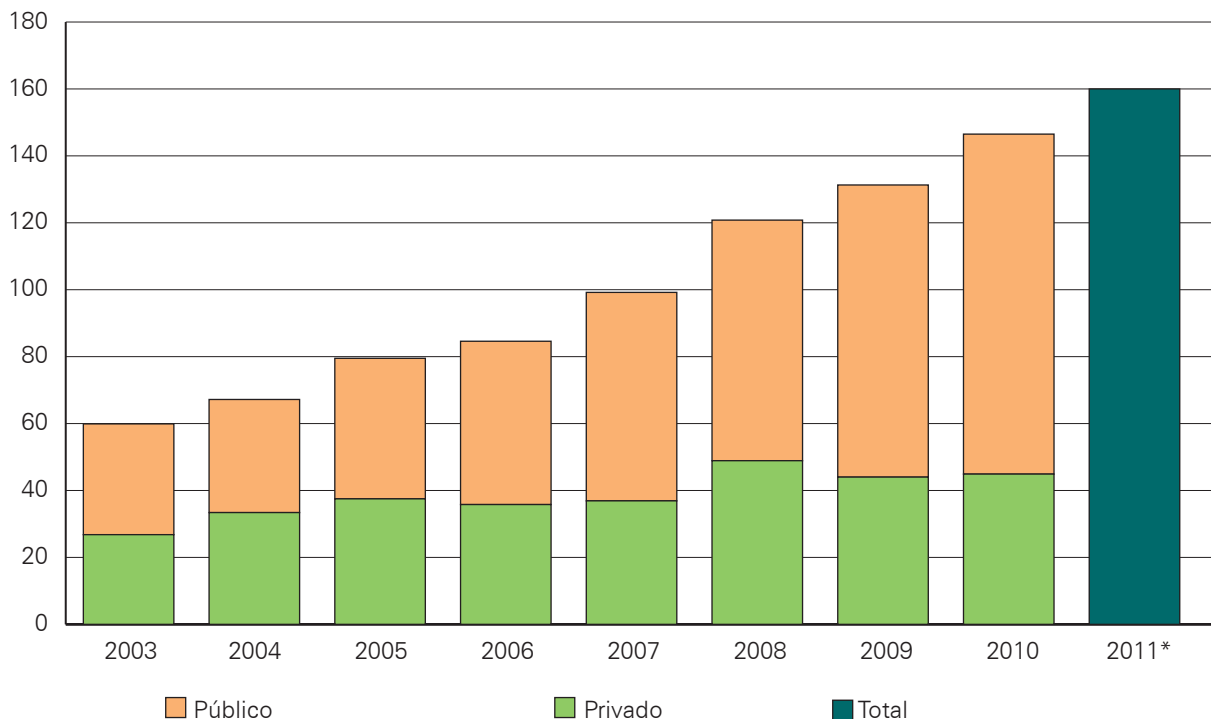
Os dois processos – aumento dos investimentos públicos e em infraestrutura – estão relacionados com os resultados dos programas públicos de ampliação dos investimentos, como o PAC, altamente concentrados nessa área. Somam-se os investimentos das empresas públicas, que também devem realizar investimentos em infraestrutura, como no caso do setor de energia elétrica. Os investimentos das empresas públicas

Gráfico 18 - Índice de Confiança do Empresário Industrial
(jan/2010 a set/2011)



Fonte: ICEI/CNI.

Gráfico 19 - Investimento em Infraestrutura no Brasil:
participação pública e privada (2003 a 2011) (%)



(*) Resultados preliminares.
Fonte: Ministério da Fazenda.

e os atrelados ao PAC possuem caráter menos conjuntural e, portanto, deverão agir de forma contracíclica, compensando a retração dos investimentos privados. Assim como também muitos dos investimentos públicos em infraestrutura estão comprometidos com os eventos internacionais – como a Copa do Mundo e as Olimpíadas – e, do mesmo modo, não deverão sofrer tanta influência da conjuntura econômica.

O crescimento do investimento público é um dos principais fatores relacionados à elevação da taxa de investimento durante a segunda metade da década, mantendo durante todo o período um ritmo de crescimento superior ao PIB. Como o investimento público cresceu inclusive durante a crise, possivelmente foi também responsável direto pela rápida recuperação da atividade econômica no período posterior. Em um cenário em que o governo consiga manter o ritmo de crescimento do investimento público, a taxa de investimento poderá tornar a apresentar tendência de crescimento, desempenhando, desta forma, um papel estabilizador do nível de atividade econômica e de indutor do investimento privado.

Neste sentido, as perspectivas de investimen-

to para 2011-2014 oferecem um quadro positivo em relação à possibilidade de manutenção da taxa de investimento. Para os próximos anos, segundo levantamento do BNDES (2011), verifica-se uma alta concentração dos investimentos em setores em que os investimentos públicos e das empresas estatais são predominantes.

Considerando o conjunto da formação bruta de capital fixo, investimentos em energia elétrica e logística deverão responder por algo em torno de 36% e 34%, respectivamente, do total dos investimentos em infraestrutura (Tabela 14). No caso do setor energético, a participação pública nos grandes projetos deverá garantir sua continuidade, apesar de que a redução do nível da atividade econômica poderá criar dificuldades para consolidar as parcerias pretendidas com o setor privado. Os investimentos em logística concentram-se, principalmente, em ferrovias e transporte rodoviário – respectivamente 16% e 13% dos investimentos totais em infraestrutura. Apesar dos investimentos em rodovias estarem diretamente ligados ao PAC, os investimentos em ferrovias, por estarem relacionados também à indústria extrativa mineral, dependem das expecta-

tivas de crescimento dos setores mais ligados à demanda externa. Neste caso, modificações nas intenções de investimento parecem mais prováveis do que nos setores em que o planejamento público tem maior capacidade de definir o prosseguimento dos investimentos.

No caso da indústria, a mudança para o período 2011-2014 fica por conta da redução da participação da indústria extrativa mineral e do aumento da participação do setor de petróleo e gás (Tabela 14). O setor de petróleo e gás deverá concentrar 61,5% dos investimentos industriais para o próximo período, incluindo o papel que a exploração do Pré-Sal deverá desempenhar na geração de demanda interna. Portanto, para os próximos anos, os investimentos industriais deverão seguir a tendência de concentração na indústria extrativa, do atual patamar de 42% dos investimentos industriais para aproximadamente 72% no período 2011-2014.

Apesar de existirem algumas mudanças no perfil setorial dos investimentos, ainda se percebe uma considerável concentração, sobretudo quando se analisa a relação entre os investimentos em infraestrutura e os industriais. Nota-se a existência de complementaridades entre grandes blocos de investimentos industriais e de infraestrutura, como no caso da expansão da indústria extrativa e da construção do seu suporte logístico e energético.

A distribuição dos investimentos do PAC 2 tem relação direta com a composição setorial dos investimentos para anos vindouros (Tabela 15). Notadamente, o programa Minha Casa, Minha Vida tem grande importância na elevação dos investimentos em construção residencial, um dos principais hiatos dos investimentos brasileiros em relação à média das economias industrializadas.

A alta concentração dos investimentos para os próximos anos representa uma característica

Tabela 14 - Previsão da Composição Setorial dos Investimentos Brasileiros (2011 a 2014)

Infraestrutura		Indústria	
Setores	Participação (%)	Setores	Participação (%)
Energia Elétrica	36,6	Petróleo e Gás	61,5
Logística	33,9	Extrativa Mineral	10,2
Ferrovias	15,9	Química	6,5
Transp. Rodoviário	13,3	Veículos	5,4
Portos	4,7	Siderurgia	5,3
Telecomunicações	18,8	Eletrônica	4,8
Saneamento	10,7	Papel e Celulose	4,5

Fonte: BNDES (2011).

Tabela 15 - Composição dos Investimentos do PAC 2 (2011 a 2014)

Eixos	Valor (R\$ bilhões)	Participação (%)
PAC Cidade Melhor	57,1	5,98
PAC Comunidade Cidadã	23,0	2,41
PAC Minha Casa, Minha Vida	278,2	29,13
PAC Água e Luz para todos	30,6	3,20
PAC Transportes	104,5	10,94
PAC Energia	461,6	48,34
Total	955,0	100,0

Fonte: Ministério da Fazenda.

da economia brasileira que merece maior análise, não só pela cifra direta como pelos encadeamentos existentes entre os investimentos em alguns setores industriais e os investimentos em infraestrutura. Considerando a composição setorial dos investimentos para os próximos anos, quatro setores – energia elétrica, transportes, petróleo e gás e extrativa mineral – respondem por aproximadamente 71% dos investimentos totais.

A concentração dos investimentos pode servir também como forma de viabilizar maiores efeitos de encadeamento com os demais setores da indústria nacional. Como grande parte dos investimentos, sobretudo os conduzidos pelo setor público, envolve a compra de máquinas e equipamentos, a política de conteúdo nacional pode ter grande eficiência em relação à cadeia produtiva de bens de capital. Ou seja, a capacidade de coordenar e articular os grandes projetos de investimentos destacados anteriormente com o restante da estrutura produtiva industrial e de serviços intensivos em conhecimento é uma oportunidade que se vislumbra na economia brasileira e que está disponível para poucos países no cenário mundial.

Em suma, apesar do declínio da atividade econômica no final de 2011, o perfil dos investimentos brasileiros mostra condições favoráveis para se atingir a meta de 22,4% de taxa de investimento em 2014, proposta pelo Plano Brasil Maior. Talvez o principal desafio seja uma melhor articulação dos investimentos públicos com outras cadeias industriais, em especial a cadeia nacional de bens de capital.

Alcançando aproximadamente 11% de investimentos em máquinas e equipamentos como proporção do PIB, este número colocaria o Brasil acima da média dos BRICS nesta categoria. A possibilidade de alcançar essa meta depende em grande medida da capacidade do setor público de prosseguir com seus planos de investimento, Isto, por um lado, reveste a evolução futura dos investimentos brasileiros de um caráter menos conjuntural, mas, por outro lado, coloca desafios para o setor público viabilizar seus canais de investimento, coordenar e induzir investimentos privados e maximizar os efeitos sobre a indústria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas neste trabalho ressaltaram a desaceleração observada na economia mundial, com os países centrais apresentando dificuldades para retomar uma taxa de crescimento robusta. Pelo contrário, a piora observada no cenário desses países permite esperar um período ainda prolongado de baixo crescimento. O processo de desalavancagem das famílias, combinado com investimentos públicos e privados estagnados nos países centrais, faz com que o crescimento mundial dependa em escala crescente da evolução dos países em desenvolvimento. Nestes, ao contrário, as perspectivas de aumento do consumo das famílias, assim como da formação bruta de capital, criam condições mais propícias para o crescimento econômico.

No entanto, a disputa pelo atendimento a essa demanda se torna cada vez mais acirrada. A existência de capacidade ociosa em alguns países centrais, combinada com estratégias agressivas de concorrência dos próprios países em desenvolvimento no mercado mundial, em especial dos asiáticos, faz crer que essa disputa acirrada continuará sendo a tônica dos próximos anos.

Em 2010 e, especialmente, em 2011, a estrutura produtiva brasileira sentiu de maneira mais efetiva esse cenário de disputa acirrada, fato que se revelou na desaceleração da produção industrial, combinada com o aumento da penetração das importações, enquanto as vendas no varejo apresentavam desaceleração bem mais modesta. Também contribuíram para essa desaceleração a volta de juros mais elevados e a adoção de medidas macroprudenciais para reduzir a velocidade de expansão do crédito, além da moderação nos investimentos públicos.

No entanto, embora no curto prazo as tendências de desaceleração possam continuar a frear a retomada da produção industrial, é possível ter expectativas mais otimistas em um horizonte de tempo um pouco mais largo. Em primeiro lugar, a recente redução das taxas de juros, assim como

a adoção de medidas destinadas a remover algumas das restrições ao crédito ao consumidor podem servir de estímulos adicionais ao consumo, contribuindo para evitar uma desaceleração mais forte ou mesmo para incentivar a retomada da recuperação econômica brasileira.

Além disso, os planos de investimentos públicos e de empresas estatais indicam a possibilidade de continuidade do crescimento no médio prazo. Apesar da dificuldade em se traçar prognósticos em período de crise, o crescimento da participação pública nos investimentos parece menos ligada à retração do setor privado, de caráter conjuntural, e mais relacionada à reorganização dos canais de investimento público na economia brasileira. Justamente por isto, representa uma modificação importante no sentido de garantir alguma sustentabilidade ao crescimento econômico, reduzindo a dependência em relação à demanda externa e aos efeitos da crise.

No que se refere ao investimento privado, os principais condicionantes são o crescimento da demanda interna, para o qual importa a continuidade dos investimentos públicos, e a concorrência com os importados. Com a desaceleração sendo comandada pela redução do crescimento da formação bruta de capital, a reversão do quadro passa necessariamente pela continuidade de investimentos públicos e de empresas estatais, além da viabilização das parcerias entre o setor público e privado nos grandes projetos de investimento (Comperj, Belo-Monte, Ferrovia Transnordestina, etc.). Deve-se ressaltar que um montante importante dos investimentos privados está ligado justamente a formas de parceria público-privada em diversos setores. No caso de uma reversão das expectativas sobre a taxa de crescimento da demanda interna, o desinteresse dos sócios privados sobre os projetos pode prejudicar o andamento dos investimentos públicos. Neste sentido, o papel da demanda interna como um fator viabilizador do investimento público deve ser levado

em consideração, sobretudo nos setores ligados à infraestrutura e aos insumos básicos.

É importante destacar que o Plano Brasil Maior, introduzido em agosto de 2011, encaminhou um conjunto de instrumentos para o estímulo aos investimentos, à inovação, ao comércio exterior e à defesa do mercado interno, que fornecem um arcabouço adequado para lidar com o desafio de retomar o crescimento e ao mesmo tempo acelerar as mudanças estruturais para incorporar maior conteúdo tecnológico à estrutura produtiva brasileira.

A utilização desse arcabouço tem papel fundamental para articular o crescimento da demanda com a estrutura produtiva nacional, viabilizando a retomada da produção industrial. No curto prazo, os instrumentos de defesa do mercado interno terão papel fundamental face ao cenário internacional conturbado. No entanto, é necessário manter uma perspectiva de avanço contínuo além dos esforços realizados, assim como buscar a indução de mudanças estruturais voltadas para a elevação da produtividade e da capacidade de inovação das cadeias produtivas industriais e de serviços de alto valor no médio e longo prazo, em especial naquelas articuladas em torno dos grandes projetos de investimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) (2009). **Panorama da Indústria Brasileira**, volume II.
- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT/IE/UNICAMP) (2011). **Boletim de Conjuntura Industrial**. Setembro de 2011.
- Banco Mundial. **World Development Indicators (WDI)**.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2011). Perspectivas de investimento na indústria 2011-2014. **Visão do Desenvolvimento**, nº 92, 8 pgs.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2011). Perspectivas de investimento na indústria 2011-2014. **Visão do Desenvolvimento**, nº 95, 8 pgs.
- Confederação Nacional da Indústria (CNI). **Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), no 11** – novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081310B1CBB01314FC6AADA4CD8.htm>>. Acesso em: 05/12/2011.
- CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis. **World Trade Monitor**. Disponível em: <<http://www.cpb.nl/en/data>>. Acesso em: 02/12/2011.
- European Commission (EC). Eurostat. **Statistics Database**.
- European Union (EU). **General Report on the Activities of the European Union (2010)**. Disponível em: <http://europa.eu/generalreport/en/2010/files/com-10-016_webres.pdf>. Acesso em: 01/11/2011.
- Fundação Centro de Estudos para o Comércio Exterior (FUNCEX). **Boletim de Comércio Exterior**.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). **World Economic Outlook Databases (WEO)**.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Contas Nacionais**.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF)**.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Industrial Anual**.
- Ministério da Fazenda. **Economia Brasileira em Perspectiva**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/12_Ed_PT_Mai_Jun_21-09-2011-17h20-WEB-Leve.pdf>. Acesso em: 18/10/2011.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). **Estatísticas de Comércio Exterior**.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Brasil Maior. Inovar para competir. Competir para crescer**. Plano 2011/2014. Plano de Inovação do Brasil (PIB). Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/>> Acesso em: 03/10/2011.
- Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**.
- Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)**.
- National Bureau of Statistics of China. **Statistical Data**. Disponível em <<http://www.stats.gov.cn/english/>>. Acesso em 18/11/2011.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Economic Outlook**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/oecdEconomicOutlook>>. Acesso em: 04/12/2011.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **StatExtracts**. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/index.aspx>> Acesso em: 01/11/2011.
- Puga, F. e Borça Jr., G. (2011). "Bens de Capital devem manter peso na taxa de peso na taxa de investimento". In: **Visão do Desenvolvimento**, no. 95, junho de 2011.
- Sarti, F. e Hiratuka, C. (2010). **Perspectivas do Investimento no Brasil: Indústria**. Rio de Janeiro: Ed. Sinergya.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). **UNCTADstat**. Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intltemID=1584&lang=1>>. Acesso em: 26/11/2011.
- United States Department of Labor. **Bureau of Labour Statistics (BLS)**. Disponível em: <<http://www.bls.gov/>>. Acesso em: 05/11/2011.
- World Trade Organization (WTO) (2011). **International Trade Statistics**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_e.htm>. Acesso em: 03/12/2011.

